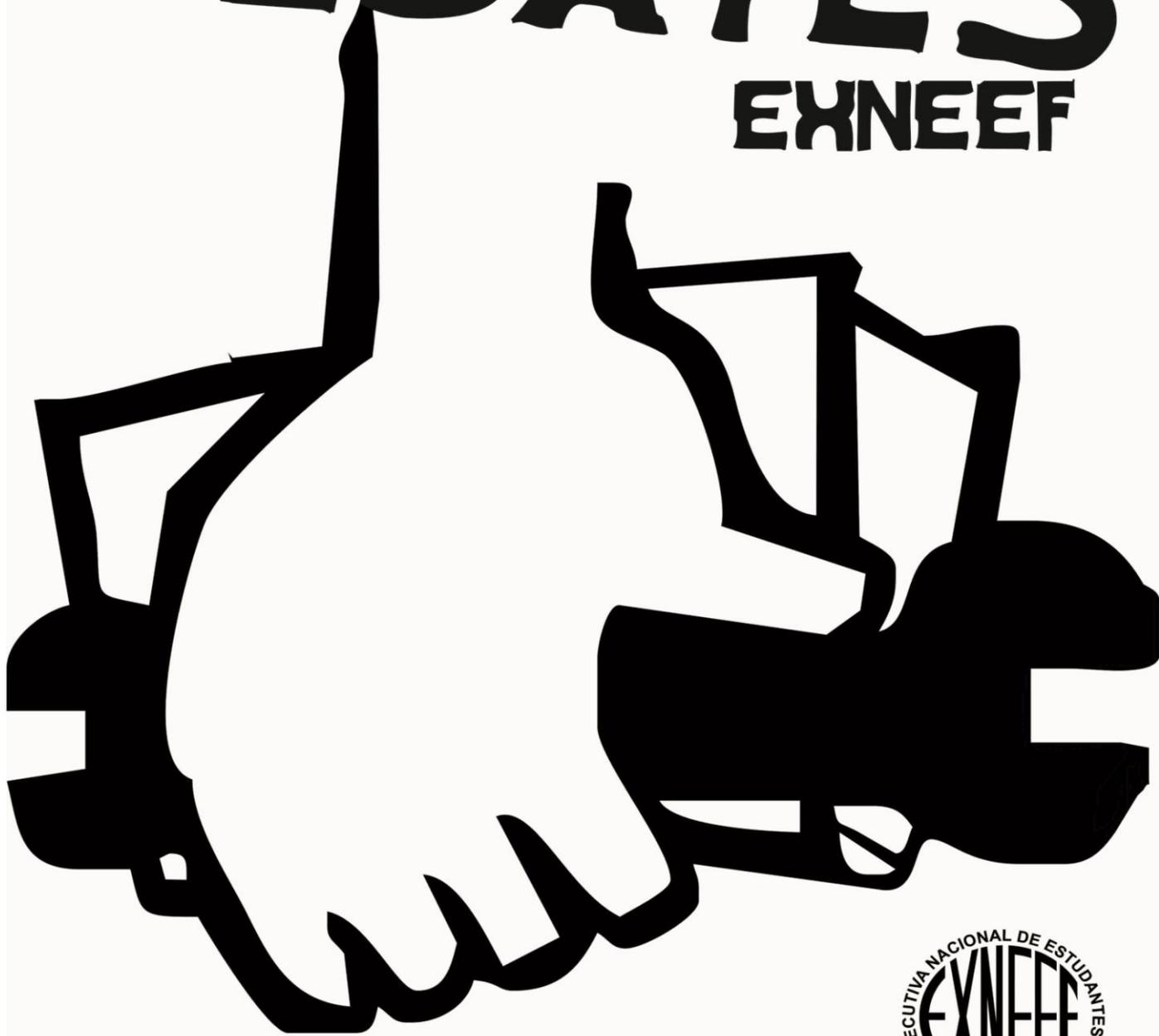


**EXECUTIVA NACIONAL DE ESTUDANTES DE EDUCAÇÃO FÍSICA
GESTÃO 2013-2014**

**XVI CADERNO DE
DEBATES
EXNEEF**



Realização

Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física
Gestão 2013-2014



CADERNO DE DEBATES

VOLUME XVI

2014

ExNEEF 2013-2014

Coordenação Nacional

Coordenação Geral: Caroline Roque (UFSM) e Rian Rodrigues (UFRJ)

Coordenação de Finanças: William Pereira Carneiro (UEFS) e Júlia Leite (UFRJ)

Coordenação de Ensino Pesquisa e Extensão: Átila Oliveira (UEPA) e André Miranda (UFPA)

Coordenação de Imprensa Divulgação: Mateus Ballardin (UFRGS) e Kauê Hahn Turnes (UFSC)

Coordenação Regional 2 (RJ, ES, MG)

CAMILA (UFRRJ),
PEDRO (UFRJ)
LUMIAR (UFRJ),
GUSTAVO (UFES)
THALES (UFES)
FABIO (UFES)
NATHANY (UFES),
MONIQUE (UFF)
BÁRBARA (UFF),
FERNANDO (IFSULMINAS)
FIILY (IFSULMINAS),
MAURI (UFOP),
GALDINO (UFSJ)
VINICIUS (UFSJ)

Coordenação Regional 3 (AL, BA, CE,

MA, PB, RN, SE)

RODRIGO (UNEB ALAGOINHAS)
JOSINO (UNEB ALAGOINHAS)
WALACE (UPE)
MARIVANIO (UFPE CAV)
CAIO (UFPE REC)
DEBORA (UEFS)
JEFERSON (UEFS)
VAREJINHO (UFC)
KARLA (UFS)

Regional 4 (AM, AP, MA, PA, PI, RR)

FERNANDO (UFPA BELEM)
DIOGO (UFPA BELEM)
VITOR (UFPA CASTANHAL)

DENISON (UFPA CASTANHAL)
DONNY (UFPA CASTANHAL)
WILLIAMS (UEPA TUC)
JUNIOR (UEPA TUC)
FERNANDA (UEPA BELEM)
IGOR (UEPA BELEM)
BIANCA (UEPA BELEM)
LETICIA (UEPA BELEM)
JORGE FERNANDO (UEPA),
PAULO TAVARES (UFPA)

Regional 5 (DF, GO, MS, MT, RO, TO)

FERNANDO (UFG)
LEANDRO (ESEFEGO),
RODRIGO (UFG JATAI)
CAROL (UnB)
DEISE (UCB)
FABIO (UFMS)
LILIAN(UFG CAC)

Regional 6 (PR, SC,RS)

ROGERIO (UEM)
ANDERSON (UEM)
ANA (UFSM)
LEO (UFSM),
RENATO (UFPeI)
EUGENIO (UFRGS)
ANA (UFRGS)
DECA (UFPR)
KADU (UFPR)
MATEUS (UNIJUI)
MARINA (UFSC)
ROSA (UFSC)

SUMÁRIO

CONJUNTURA E SITUAÇÃO POLÍTICA: NADA SERÁ COMO ANTES!	04
--------------------------------------------------------------------	-----------

Caroline Roque e William Pereira Carneiro

SITUAÇÃO POLÍTICA E REORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL: DEBATES E CONTRIBUÇÕES	15
----------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------

Mateus Ballardin e Rian Rodrigues

MEGAEVENTOS ESPORTIVOS E SUAS REPRESENTAÇÕES NA CONSTRUÇÃO DO ESPORTE NACIONAL	28
-------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------

André Miranda e Jefferson Muniz

EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA: DE UM DIREITO A UM SERVIÇO!	38
-----------------------------------------------------------------------	-----------

Marina El Hajjar Meneghel, Kauê Hahn e Marina Neves

FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA	49
------------------------------------------	-----------

Átila Oliveira, André Miranda e Caroline Roque

A EXPLORAÇÃO DO HOMEM PELO HOMEM: considerações acerca do debate de opressões	57
------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------

Débora Lafaiete e Julia Leite

SÓ A LUTA MUDA VIDA, ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES DARÁ RESPOSTAS CONTRA O ESTADO DE EXCEÇÃO FIFA	71
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------

Pedro Santos e Gustavo Alves

PARA OS QUE VIRÃO

*Como sei pouco, e sou pouco,
faço o pouco que me cabe
me dando inteiro.*

*Sabendo que não vou ver
o homem que eu quero ser.
Já sofri o suficiente
para não enganar a ninguém:
principalmente aos que sofrem
da própria vida, a garra da opressão,
e nem sabem.*

*Não, não tenho o sol escondido
no meu bolso de palavras.
Sou simplesmente um homem
para quem já a primeira e
desolada pessoa do singular
– foi deixando, devagar, sofredamente,
de ser para transformar-se,
- muito mais sofredamente –
na primeira e profunda pessoa do plural.*

*Não importa que doa:
é tempo de avançar de mão dada
com quem vai no mesmo rumo,
mesmo que longe ainda esteja
de aprender a conjugar o verbo amar.*

*É tempo sobretudo de deixar de ser apenas
a solitária vanguarda de nós mesmos.
Se trata de ir ao encontro.
(Dura no peito, arde a límpida verdade de nosso erro.)
Se trata de abrir o rumo.
Os que virão, serão povo, e o saber serão, lutando.*

(Thiago de Mello)

CONJUNTURA E SITUAÇÃO POLÍTICA: NADA SERÁ COMO ANTES!

Caroline Roque¹
William Pereira Carneiro²

“Cego é quem pensa que o protesto acabou
Que a voz se calou, que o pilar desabou”
(GOG, Sonhos Latinos)

Este texto tem como principal finalidade, fazer um apanhado dos fatos, momentos, atores e cenário da luta de classes no atual momento histórico, principalmente no Brasil e suas amplas contradições, em tempo de megaeventos, de calamidade da saúde, precarização da Educação, da Educação Física e de aviltamento das possibilidades de humanização da classe trabalhadora, bem como lembrar-nos o caráter ontológico do Estado, o que, de forma direta, nos ajuda a identificar seus limites e possibilidades. Portanto, é uma produção coletiva do MEEF com o intuito de potencializar nossas ações transformadoras em tempo de miséria na fatura.

Para entender as relações sociais e seus fenômenos cotidianos, precisamos entender minuciosamente a base econômica e material que ela se assenta e que, em última instância, a determina. Pois então, como se estrutura esse modo de produção em que vivemos hoje? Vivemos em um modo de produzir e reproduzir a vida dividido em classes, classes que se inauguraram na sociedade com a sociedade escravista e que se desenrola até os dias atuais, sociedade que tem duas classes estruturantes: Burgueses e Proletários.³ Sobre essas definições explica-nos Engels⁴:

“Por burguesia entendemos a classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção social e empregadores do trabalho assalariado. Por proletários, a classe dos operários modernos que, não possuindo meios próprios de produção, reduzem-se a vender a força de trabalho para poderem viver.” (Nota de Engels à edição inglesa de 1888).

Em outras formas de falar estamos no modo mais sofisticado de exploração do homem pelo homem, agora não mais é preciso prender um sujeito e escravizá-lo até a

¹ Estudante de Educação Física - UFSM. Coordenação nacional ExNEEF (Gestão 2013/2014).

² Estudante de Educação Física - UEFS. Coordenação nacional ExNEEF (Gestão 2013/2014).

³ Ver primeiro capítulo do manifesto do Partido Comunista de Marx e Engels de 1948.

⁴ Primeira nota de rodapé de o Manifesto do Partido Comunista. Edição comentada por Engels.

morte e ter que dar conta de sua servidão forçada, temos inaugurado um novo momento histórico em que a burguesia se apropria privadamente dos meios de produção e dissemina a ideia de liberdade de escolha. Falsa liberdade que está condicionada à venda de sua força de trabalho, já que não pertence à classe trabalhadora os meios de produção da vida em uma sociedade que é pautada substancialmente por uma “imensa acumulação de mercadoria” (Marx, 2010)⁵ e incessante troca delas pelo correspondente universal, o dinheiro.

Temos aqui a constatação de que essa sociedade é pautada, assim como todas as sociedades de classe, sobretudo, pela propriedade privada; com produção coletiva de mercadorias e apropriação individual pela burguesia e exploração do homem pelo homem devido à produção de excedente que dá à humanidade a possibilidade de alguns não trabalharem e a grande maioria trabalhar como meio de manutenção da ordem. Tirando o período de comunismo primitivo, a história da humanidade é “a história da luta de classes” (Engels e Marx, 2012).⁶

A pergunta neste momento que aparece é: em meio a uma sociedade dividida em classes, de necessidade opostas e que, automaticamente terão projeção de futuro diferentes e que estas diferenças são inconciliáveis, afinal, quem é o árbitro desse jogo fraticida?

Mas é nesse sentido que conseguimos encontrar aquilo que é fundante do estado, aquilo que é premissa primeira, aquilo que o foi determinante na história da humanidade. Pois,

“O Estado por conseguinte, não existiu sempre. Houve sociedades que passaram sem ele e que não tinham a menor noção do Estado nem de poder governamental. A um certo grau de desenvolvimento econômico, implicando necessariamente a divisão da sociedade em classes, o Estado tornou-se uma necessidade, em consequência dessa divisão.” (Engels, 1984)⁷

Essa premissa ajuda-nos a entender com mais clareza o Estado, elemento este que tem tamanha influencia em nossas vidas e que as vezes acabamos por esquecer que ele não existiu sempre e nem sempre precisará existir, a não existência dele em outros

⁵ MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. 27ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

⁶ ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **Manifesto do Partido Comunista**. Porto Alegre: L&PM, 2012.

⁷ Engels, F. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Global, 1984.

momento e existência dele em tempos mais remotos ajuda-nos a projetar outro modelo de produzir e reproduzir a vida que ele não somente morra, mas que seja abolido e dissolvido diante de sua não necessidade de existência tendo como premissa, já visto por nós, a inexistência das classes sociais.

Este Estado tem um traço essencial no seio de uma sociedade de classes, como ele não pode por sua essência, dissolver e pôr fim às classes por ser premissa de sua própria existência e muito menos conciliar as classes já que ambas têm necessidades opostas, o que lhe resta como papel social é de gerir este conflito, mantendo a ordem e dando continuidade ao projeto de mundo da classe dominante. O estado portanto é classista como Explica Marx e Engels em o *“Manifesto do Partido Comunista”*:

“Com a criação da grande indústria e do mercado mundial, a burguesia conquistou finalmente a dominação política do moderno estado parlamentar. Um governo moderno é tão somente um comitê que administra os negócios comuns de toda a classe burguesia.”

Agora que encontramos os traços essenciais deste modo de produção e do estado, podemos avançar na compreensão de que esse arcabouço social de nossos tempos, chamado por Marx de Sociedade Burguesa, repousa indissolivelmente sobre uma contradição que lhe é inerente e, para tanto, tem sobre essa estrutura como já vimos, o estado, mas não só o estado. Sobre essa estrutura se ergue o Estado enquanto gerente dos interesses da classe dominante, o aparato ideológico como elemento fundamental de falseamento da realidade, o aparato jurídico de legaliza tais contradições e o aparato repressivo que são corporações altamente preparadas para reprimir a classe trabalhadora em momentos de rebeldia diante da realidade desgraçada e torturante, isso tudo explica o tipo de ofensiva deste aparato nas ultimas mobilizações em períodos atrás, justificado por fim, mesmos que os trabalhadores não saibam, pela manutenção do estado de coisas, pela manutenção da destruição da classe trabalhadora em nome do enriquecimento de uma pequena parcela da população mundial detentora dos meios de produção.

Mas, de um todo, é no desenvolver desta sociedade contraditória que repousa a possibilidade do novo. É no meio desses conflitos que repousa a contradições capaz de mobilizar a classe em volta de suas pautas, inicialmente econômicas e com a mediação da teoria revolucionária, pode passar a ter ganho qualitativos, passando a ser pautas políticas, muito mais que táticas, podem passar a ser estratégicas, com projeto bem

definido e claro de uma sociedade diferente. É nesse desenrolar da sociedade de classe que as manifestações contra ordem, conscientes ou não, aparecem e fazem presentes de tempos em tempos. Tempos exemplos recentes. Vamos entendê-los?

NADA SERÁ COMO ANTES!

Nada será como antes! Após Junho de 2013, essa frase toma sentido e conteúdo profundo, que ainda hoje os mais diversos setores, organizações e movimentos sociais tentam compreender. Um ano se passou das mobilizações de junho que levaram milhões de pessoas às ruas de mais de 500 cidades pelo país, e trouxeram ganhos concretos, barrando o aumento da passagem em mais de 100 municípios. Isso traz reflexos enormes para a consciência dos trabalhadores e juventude em geral, que viram após anos consecutivos de derrotas para classe, a possibilidade real de obterem ganhos com a tomada das ruas.

Por mais de um mês, com até mais de dois atos por semana, os sentidos das ruas de diversas cidades foram subvertidos e, de vias de circulação de produtos e força de trabalho, passam a ser também palco de uma grande manifestação espontânea em que os principais atores foram a juventude. Nesse cenário, a essa juventude vivenciou um novo momento e uma possibilidade de organização coletiva, ou seja, aparece para estes que a organização coletiva é possível e necessária, mostrou-nos que para a resolução de um problema coletivo é necessário uma ação coletiva e não mais individual ou meramente institucionalizada. Esse quadro não se dá por acaso, e diversos foram os fatores alçados para explicar a efervescência de junho do ano passado.

Uma primeira reflexão a se fazer, é o quanto Junho de 2013 acaba por questionar os defensores do fim da história, que apostavam na possibilidade da manutenção das atuais relações sociais de exploração e extrema precarização das condições de vida de uma imensa maioria da população. Ao contrário do que muitos interpretaram, ao lado de uma grande parte de jovens estudantes, estava também setores da classe que diariamente tem visto seus direitos básicos sendo minimizados em detrimento do enriquecimento ainda maior de poucos, tudo isso sendo garantido pelo Estado que, à primeira vista deveria assegurar a todos a “cidadania”. Até mesmo este conceito passa a

ser questionado, quando cada vez mais se vê uma ampliação dos deveres em contrapartida aos direitos, que se dissolvem em migalhas dadas aos trabalhadores. Ou seja, houve um questionamento à toda a aparência de “melhorismo” com o qual tem-se envernizado as políticas assistencialistas e cooptação dos instrumentos da classe trabalhadora (UNE, CUT, PT, etc.), que até então vinha acomodando a classe e apaziguando as contradições existentes.

A segunda questão aberta por junho diz respeito à essa ruptura com a suposta calma da última década. Apesar de compactuarmos com a idéia de que as mobilizações não começaram em 2013 e carregam consigo o acúmulo dos resistentes embates que setores da classe e movimentos sociais fizeram nesse último período, assim como entoa Rosa Luxemburgo⁸:

“É absolutamente falso imaginar a greve de massas como ação isolada. A greve de massas é antes um signo que designa globalmente todo um período de luta de classes que se estende por vários anos, às vezes por decênios”

Mesmo não sendo um desenrolar de greves em todo Brasil, as Jornadas de junho demarcam uma retomada das mobilizações de massa diminuídas significativamente nesses últimos anos.

Nas ruas, vimos um movimento que eclode pela pauta unitária do transporte (e que irá se desdobrando para a reivindicação de outros direitos sociais) aos poucos se diluir em diversas outras pautas apresentadas principalmente pela mídia que tentava orientar a indignação dos milhares dos jovens, como se os próprios sujeitos não soubessem o porquê de seu ato de manifestar-se. Dessa forma, este foi um período em que se escancararam aos olhos de todos, um dos braços de atuação dos grandes empresários que compõe hoje a burguesia, que através da *mídia* expõe seus interesses particulares, tentando fazer destes, anseios gerais da população, utilizando do aspecto mais clássico da ideologia que é o falseamento da realidade, sobrepondo necessidades particulares às coletivas. Não por acaso, houve a necessidade de adaptação do discurso midiático, passando da criminalização inicial do movimento à posterior legitimação, casada com a

⁸ Rosa de Luxemburgo. Greve de massas, partido e sindicatos. Texto.

tentativa de discriminar os “bons manifestantes” dos baderneiros, estes últimos constantemente sendo veiculados nos jornais e tele noticiários enquanto militantes dos partidos de esquerda.

Além disso, outro aparato que se mostrou extremamente necessário para conter as manifestações, foi o *aparato repressivo* do estado. A Polícia Militar, arriscamos dizer, fez sua maior e mais brutal aparição desde os fins da ditadura militar, mostrando sua real face defensora, muito para além da dita “segurança pública”, e sim, sobretudo, do status quo e da propriedade privada. Se o “progresso” do Brasil foi abalado por junho, a ordem deveria voltar a ser estabelecida, e nesse sentido vimos uma resposta à altura à dimensão de junho com uma preparação repressiva absurda, na qual segundo dados o governo gastou quase R\$ 50 milhões de reais em armamentos para a Copa.

Toda essa modificação na situação política do país não pode ser discutida sem olharmos para o período em que ocorreram: há exatamente um ano da Copa do mundo, e em meio à Copa das Confederações, período inclusive escolhido pela presidenta para reajustar o preço da passagem em São Paulo, acreditando na capacidade que o futebol, em pleno solo brasileiro, poderia ter de conter os ânimos. Entretanto, o que se viu foi algo que nem a própria esquerda esperava: como um dique que se rompe, toda a energia acumulada pela classe em doze anos de políticas focalizadas e cooptação dos movimentos sociais, encontra o cenário das ruas como escoadouro. O descontentamento geral, daqueles que veem dia após dia seus direitos sendo retirados ao mesmo tempo em que dos mesmos cofres milhões são destinados à construção de megaeventos esportivos faz com que se rompa a cortina de fumaça que escamoteava os problemas de fundo de uma geração que vê um futuro cada vez mais instável.

Mais emblemático ainda, é entender junho dentro de um cenário internacional que teve nos últimos anos o despontar de diversos levantes, seja nos países do Oriente médio, seja nos países centrais do capitalismo, como exemplo dos Occupy que tomaram as diversas praças e ruas, como em Barcelona e em Wall Street em 2011. Tais movimentos dos “indignados”, encabeçados principalmente por jovens refletiram diversas semelhanças com o que ocorreu no Brasil, expondo como sujeitos centrais uma geração que já não acredita na falsa democracia que lhes é apresentada e que, por outro lado se defrontam com o alarmante índice de desemprego que, na Europa durante os últimos anos chegou a abranger 1 em cada 2 jovens. Não por acaso, a juventude foi um dos

principais sujeitos das mobilizações do ano passado sendo que, segundo o Datafolha, 71% dos que foram às ruas participavam pela primeira vez de uma mobilização.

Nesse bojo geral da conjuntura, entendemos junho enquanto uma parte de um processo, qual seja, de sintomas de esgotamento do projeto de desenvolvimento burguês que vem sendo implementado no país, e que para melhor delinear-mos aqui, é necessária uma retomada do que foram as duas últimas décadas no Brasil.

O período pós-ditadura traz como marco central a retomada das lutas e mobilizações de massa que marcaram o fim da década de 80 e início dos anos 90. Em 1989, auge do desse ciclo de lutas, ocorreram cerca de 4000 greves (BADARÓ, 2014). Data desse período, grande efervescência nas lutas sociais e junto a isso, a criação de diversos instrumentos da classe trabalhadora, como o PT, a CUT e o renascimento da UNE que se fortaleceram no movimento combativo, ao lado dos trabalhadores e juventude que naquele momento de reabertura “democrática”, faziam das ruas, greves e mobilizações meios de obterem vitórias para a classe.

Já a década de 90 demarca o recuo de tais lutas, expresso no número de greves cada vez mais diminutas. Vários são os fatores que explicam a nova conjuntura, como a complexificação do trabalho a partir da reestruturação produtiva, o descrédito em outra forma de sociabilidade fruto das experiências derrotadas da classe trabalhadora a nível mundial e o início de um intenso processo de cooptação dos movimentos sociais no país, gerando um apassivamento das lutas, algo que irá se arrastar até os dias atuais.

O fato é que os últimos 20 anos trazem consigo derrotas profundas para os trabalhadores e juventude, a nível mundial. As medidas de terceirização, flexibilização e precarização do trabalho, aliados aos constantes pacotes de austeridade nos países centros do capitalismo demonstram que não há mais espaço para concessões. A lógica imperante de acumulação por despossessão (HARVEY, 2005) faz com que a iniciativa privada, alicerçada pela força do Estado e suas leis avancem sobre os direitos historicamente conquistados pelos trabalhadores, para isso utilizando-se mesmo de formas arcaicas e supostamente superadas em pleno século XXI, como exemplo o trabalho infantil e o trabalho escravo, do qual em pleno 2013 ainda 30 milhões de pessoas no mundo estão sujeitas.

No Brasil, mesmo que tardiamente e de forma diferenciada, tais políticas de minimalização do Estado se implementa no pós-ditadura e que longe de resumir-se a mero debate de governabilidade, de fundo expressam a implementação do projeto neoliberal em curso no país. Não por acaso, vivenciamos durante toda a década de 90 sob os governos de Collor e FHC uma intensa política de privatização do que era público, não por acaso a mesma cartilha neoliberal é seguida à letra pelo Partido dos Trabalhadores nos anos seguintes de presidência do Brasil. A maior parte dos serviços que antes eram de controle estatal foram parar nas mãos da iniciativa privada, exemplo das telecomunicações, ferrovias, siderúrgicas, hidrelétricas, parte da Petrobrás, etc.

Com a virada dos anos 2000, surge no cenário nacional algo inédito: pela primeira vez um trabalhador assume as rédeas da presidência do país, alegando que “a esperança venceu o medo”, alegando que a hora dos trabalhadores havia chegado. Entretanto, o partido surgido das lutas do ABC, que organiza a classe brasileira, constrói nos embates um projeto alternativo, aos poucos vai deixando de lado a defesa de uma transformação radical da sociedade e trocando as lutas pela disputa de cargos e espaços institucionais, como fora anunciado na “carta ao povo brasileiro”⁹ pouco antes de o PT alçar à presidência:

“A crescente adesão à nossa candidatura assume cada vez mais o caráter de um movimento em defesa do Brasil, de nossos direitos e anseios fundamentais enquanto nação independente. Lideranças populares, intelectuais, artistas e religiosos dos mais variados matizes ideológicos declaram espontaneamente seu apoio a um projeto de mudança do Brasil. Prefeitos e parlamentares de partidos não coligados com o PT anunciam seu apoio. Parcelas significativas do empresariado vêm somar-se ao nosso projeto.”

Ou seja, desde o início e com o passar dos anos este partido deixa cada vez mais evidente que o compromisso assumido não será com os interesses dos trabalhadores, mas sim com a agenda neoliberal expressa nas demandas do empresariado nacional e internacional, com a Burguesia.

⁹ “Carta ao Povo Brasileiro”, 22 de Junho de 2002. Fonte: http://www.iisg.nl/collections/carta_ao_povo_brasileiro.pdf

O período que se inicia no Brasil principalmente no início do século XXI é de acentuação do amoldamento da classe, o que se dará paralelamente à implementação de diversas políticas de ataque aos trabalhadores, envernizadas de tons progressistas. Já em 2002, a primeira ação do governo é a implementação da tão combatida Reforma da Previdência, aprovada com compra de votos através do conhecido esquema do mensalão e que aumenta o tempo de contribuição do trabalhador e fragiliza ainda mais os direitos da classe. Já entre 2004 e 2005, as principais medidas de desmonte e precarização da universidade pública são aprovadas, de forma fragmentada e através de medidas provisórias. Nesse bojo, a partir desse período começam a ser concretizadas medidas como o REUNI, Parcerias público-privadas (PPP's) e Lei de inovação tecnológica, que somam-se às políticas de transferência dos fundos públicos para as grandes corporações educacionais privadas.

Tudo isso não acontece sem resistência, exemplo do movimento “Vamos barrar essa reforma” e as ocupações de reitoria em 2007, mas que expressaram no específico da universidade a insuficiência do movimento combativo, sua fragmentação e amoldamento. Já em 2012, o país é marcado pela retomada da luta nas universidades através da maior greve das IFES desde o fim dos anos 80, envolvendo 33 instituições já no primeiro dia e atingindo 57 universidades.

Toda essa política insere-se no amplo receituário neoliberal, orquestrado hoje principalmente pelos grandes organismos de financiamento (Banco Mundial, Fundo Monetário internacional, etc). No país, tal receituário será organizado a partir de 1995 através do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, implementado por Bresser Pereira e a nova instância criada na época, o Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado.

A partir de então, se acentua o ideário do "estado mínimo" para os direitos e máximo para os interesses do capital, algo que atualmente encontra plena expressão na política dos Megaeventos esportivos, política que tem envolvido o Brasil desde 2007 com o Pan-americano e terá pelo menos mais 5 anos de andamento até a Copa América de futebol em 2019.

Compreender a crise que se arrasta desde a década de 70 e as saídas que os capitalistas encontram para dar sobrevida a esse sistema, perpassa por compreender o papel que os megaeventos cumprem na acumulação de capital, através da revalorização

de capitais antes estagnados. Fato que se mostra principalmente na construção civil impulsionada através da construção de arenas, obras de mobilidade, complexos esportivos e tantos outros investimentos públicos legitimados pelo fenômeno esportivo.

Neste momento pós-Copa, oportunamente a grande mídia exclui de cena o recente mundial ocorrido em junho/julho deste ano, centrando atenção no próximo "grande evento" no país: as eleições presidenciais de 2014. Isso não se dá por mero acaso. É necessário que se crie nos trabalhadores uma memória de curta duração, afinal, para a realização dos Jogos olímpicos ali em 2016 que mobilize mentes e corações a torcer pelo país, não é interessante que sejam lembradas as famílias removidas de suas casas, os 11 operários mortos e outros tantos feridos nas obras da Copa...

Junho não pode ser entendido enquanto marco estanque, mas algo que nos aponta duas reflexões sobre sua essência enquanto processo. A primeira delas é que junho expressa o alargamento e um salto qualitativo das lutas que vinham duramente sendo encampadas na última década. Lutas construídas por movimentos, sindicatos, entidades e partidos de esquerda que, mesmo com todas as críticas possíveis e legítimas às atuais organizações de esquerda, contribuíram para que junho acontecesse da forma como ocorreu e mostraram a importância daqueles sujeitos coletivos que não se dobraram à política de amoldamento e cooptação do projeto governista.

O segundo apontamento é o desdobramento da mudança conjuntural de 2013 vem tendo neste ano de 2014. As greves dos metroviários em Porto Alegre, dos garis no Rio de Janeiro em pleno carnaval e dos metroviários em São Paulo são simbólicas para demonstrar a diferenciação tanto dos conteúdos das greves pós-junho quanto dos métodos de construção. São movimentações que extrapolam o corporativismo marcante das lutas do último período, e ao não se resumir à luta por salário e condições específicas de trabalhos – lutas inquestionavelmente justas – assumem tons extremamente políticos: questionam a vinda dos megaeventos ao país, colocam governantes na parede, demonstram solidariedade a outras categorias de trabalhadores e atropelam as entidades pelegas que cooptadas pelo estado não radicalizam a luta no sentido de chegar a ganhos reais para os trabalhadores. Além disso, diversos processos são construídos com o atropelo de direções dos sindicatos e movimentos, sendo construídos de forma horizontal e coletiva.

Em tempos de reorganização das lutas dos trabalhadores e juventude, esse cenário apresenta diversos avanços que incidem nas condições subjetivas da classe. Entretanto, se a situação política atual do país é desdobramento de junho de 2013, também ela apresenta as debilidades do movimento, sendo lutas dispersas, com alto grau de fragmentação e que, de fundo expressam a inexistência hoje de um projeto da classe possível de alcançar unidade na luta.

As mobilizações do ano passado questionaram fortemente essa institucionalidade burguesa que não consegue dar respostas às demandas dos trabalhadores, mas a espontaneidade que num primeiro momento é virtude do movimento, apresenta-se também como debilidade pela inexistência de tal projeto autônomo dos trabalhadores. A resposta ao movimento vem do próprio governo: cinco pactos conciliatórios para apaziguar o movimento. 2014 tona-se palco do principal desses pontos, a Reforma Política convertida em ação através do Plebiscito popular por nova constituinte, como se a imensidade das reivindicações de junho pudesse ser sintetizada e resolvida na mudança da forma de fazer política.

As oito milhões de pessoas atingidas com o plebiscito nos mostram ainda o enraizamento que tem o projeto petista, seu vício pela via institucional e escolha das pautas mais distantes das contradições colocadas no seio da sociedade de classes: em tempos de megaeventos, manifestações e greves pelo Brasil inteiro, a realidade tem mostrado que um plebiscito e reformas pontuais na estrutura do estado passam longe de serem respostas aos trabalhadores.

Compreendemos que as respostas só poderão ser construídas junto ao movimento e a partir dele. A tarefa coloca a todos nós, enquanto parte do movimento estudantil nesse período de reorganização do movimento e da própria classe, perpassa pelo cotidiano trabalho de base, conseguindo com que cada vez mais estudantes se identifiquem na luta e se disponham a construir o movimento. Nesse sentido, torna-se fundamental o papel que cada Diretório e centro acadêmico cumpre, assim como as executivas e federações de cursos pois conseguem viabilizar esse contato com o movimento de base. Além disso, torna-se imprescindível no debate da esquerda, a unidade entre aqueles que lutam e que se propõe a construção de outra sociedade, afim de que se consiga dar respostas mais organizadas e expressivas nessa disputa aberta em junho de 2013.

SITUAÇÃO POLÍTICA E REORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL: DEBATES E CONTRIBUÇÕES

Mateus Ballardin¹⁰

Rian Rodrigues¹¹

Introdução

Este texto tem por objetivo sistematizar e fazer avançar, dentre de seus limites, o acúmulo de debates sobre Movimento Estudantil construído pelo Movimento Estudantil de Educação Física (MEEF). Tal ação é fruto de reflexões e discussões coletivas, que ano a ano se revigoram na construção dos Cadernos de Debates da Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física (ExNEEF). Dessa forma, o Caderno de Debates cumpre um papel fundamental, possibilitar que o Movimento reflita sobre a sua própria prática, consolidando um momento de avaliação importante, que contribui no delineamento das tarefas e políticas colocadas pela conjuntura.

Assim, num primeiro momento fazemos o debate de *Situação Política e Juventude*, a luz das jornadas de junho. Por se tratar de um fenômeno extraordinário, ou seja, fora da ordenação com que vinha se desdobrando a luta de classes no Brasil. Esse momento de rebeldia massiva, nas ruas, demonstrou as condições objetivas e subjetivas da luta concreta e aprofundou um cenário de disputa política no Brasil.

Num segundo momento, debatemos a *Concepção* e os apontamentos sobre *Reorganização do Movimento Estudantil*, confrontando esse cenário político com os horizontes deliberados pelo MEEF no último período; ou seja, um balanço sobre a ruptura e superação da União Nacional dos Estudantes (UNE), e os caminhos pautados ao Movimento pelas diversas forças sociais que o compõem; posicionamento sobre a Assembleia Nacional dos Estudantes Livres (ANEL), construção do Fórum Nacional de

¹⁰ Estudante de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Militante do DAEFi e Coordenador Nacional da ExNEEF.

¹¹ Estudante de Educação Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Militante do CAEFD e Coordenador Nacional da ExNEEF.

Executivas e Federações de Cursos (FENEX), inserção e enraizamento nas bases através do Centros e Diretórios Acadêmicos e oposições, articulação com outros setores e movimentos da classe trabalhadora.

Situação Política

Para muitos, as Jornadas de Junho, como ficaram conhecidas as grandes manifestações de rua que ocorreram em nosso país em meados de 2013, pareciam um raio em um dia de céu azul. Até então, tudo parecia caminhar bem, índices econômicos em crescimento, ampliação do consumo através de incentivos de crédito, políticas de pacificação e controle da pobreza (ou seriam dos pobres?), e principalmente muitos e muitos discursos oficiais, propagados massivamente pelos grandes meios de comunicação, que anunciavam enormes melhorias nas condições de vida da população.

Daí a primeira razão para tomarmos esse momento como fundamental para a compreensão da atual situação política, Junho demonstrou que sim haviam “problemas no paraíso” (ZIZEK, 2013). Justamente porque as condições para que uma onda de manifestações com caráter explosivo aconteça, não podem ser procuradas na aparência, mas sim na essência no fenômeno.

Marx (2008), em seu esboço que o guiou na construção de sua principal obra, O Capital, sintetizou seu pensamento assim:

“O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de guia para meus estudos, pode ser formulado, resumidamente, assim: na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o ser social que determina sua consciência.” (MARX, 2008, pg 47)

Ou seja, Junho deu vida à concepção materialista da história, escancarando as contradições sociais que se desenrolavam no subsolo da vida cotidiana. O discurso de

“melhorismo” se confrontava com a realidade do desemprego estrutural, dos baixos salários, das poucas perspectivas de futuro para a juventude trabalhadora.

Não à toa, que o palco principal das lutas, foram as grandes cidades do país. “A cidade é a expressão das relações sociais de produção capitalista, sua materialização política e espacial que está na base da produção e reprodução do capital” (IASI, 2013). Miséria e violência, frutos de uma sociedade baseada na exploração e opressão do homem pelo homem, proliferam-se e ampliam-se sob a aparência de desenvolvimento. Para ilustrar, se tomarmos a violência como desdobramento simétrico da desigualdade social, e o homicídio como sua forma mais desenvolvida, conseguimos visualizar como a vida nas grandes cidades piorou drasticamente nos últimos 30 anos, com um crescimento de 259%, passando de 13,9 para 49,9 mortes por assassinato para cada cem mil habitantes (MARICATO, 2013).

Na história da formação social do Brasil, nunca chegamos a constituir plenamente um Estado de Bem-Estar social, dado que:

“[...] do binômio matricial industrialização-urbanização no capitalismo periférico e escravocrata brasileiro não saiu um pacto redistributivo entre capital e trabalho, com integração social pela via dos direitos. [...] Na época em que tal pacto fez um tímido ensaio, ele foi abruptamente interrompido por um golpe de Estado civil-militar. Os ecos desse golpe ainda ressoam não só na chamada “segurança pública”, que hoje tem feição de guerra declarada contra os pobres, mas em outros setores tecno-assistenciais do Estado brasileiro, em âmbito federal, estadual e municipal. Essa ressonância se deve ao fato de que a ditadura civil-militar de 1964-1985, conquanto tenha sustado o pacto redistributivo, tocou para a frente a modernização retardatária brasileira, e o fez em bases rigidamente conservadoras, engendrando uma formação social ornitorrítica em que vetores socioeconômicos supostamente arcaicos e atrasados revelaram-se não como entraves às engrenagens do desenvolvimento capitalista, e sim como seus componentes motores.” (BRITO e OLIVEIRA, 2013, pg 66)

Tivemos assim um desenvolvimento pautado na limitação de direitos sociais básicos, como - educação, saúde, moradia, lazer, transporte -, que com a inserção do país na economia globalizada, a partir dos ajustes fiscais e do ideário neoliberal, passam a ser ainda mais atacados, seja na forma de privatização ou de precarização.

Não a toa que os principais atores das jornadas de Junho, e do período que se abriu em seguida, foram justamente os setores que historicamente tem sofrido com a retirada de direitos (professores e estudantes, indígenas e quilombolas, Sem-tetos,

Movimentos de luta pelo transporte público, etc), bem como os setores da classe trabalhadora mais precarizados (Garis, Rodoviários, Operadoras de telemarketing, etc). Somando-se a esse movimento, uma geração de jovens sem perspectivas de inserção no mundo do trabalho com garantias mínimas de condições de vida digna.

Junho aprofundou as lutas que episodicamente aconteciam no Brasil, que por seu caráter massivo, permitiu dar um salto de qualidade, convergindo as diversas pautas específicas e abrindo um cenário de disputa política que colocou em xeque a institucionalidade burguesa e as próprias organizações da esquerda que se referenciam ainda na luta puramente institucional.

Buscamos com essa restrita exposição (certos que existem diversos elementos que poderiam compô-la e ficaram de fora) demonstrar como havia, e ainda há, uma extensa base material, objetiva, que permitiu que um movimento massivo de contestação acontecesse.

Em episódios em que as massas vão às ruas, tende-se a produzir efeitos de politização e mobilização, que perduram mesmo quando o movimento reflui. Porém tais desdobramentos não são naturalmente progressistas, ou revolucionários, são disputados pelos diversos setores das classes existentes, tanto a classe explorada e oprimida, quanto da classe dominante.

Podemos caracterizar três grandes linhas da disputa no atual cenário político; um setor da classe dominante extremamente conservador, que apelou para a repressão e a criminalização, nas suas diferentes formas; o setor governista, que apontou para a reforma política, conseguindo assim conter a continuidade do movimento; e o setor da esquerda tradicional, que apontou como saída às eleições.

O movimento de massas carrega essa contradição, de ser extremamente pedagógico e progressista, e ao mesmo tempo, essa energia pode ser deslocada para projetos extremamente conservadores. E justamente talvez esse seja o principal limite das Jornadas de Junho. A massa saiu as ruas questionando a ineficiência da institucionalidade, mas não seu caráter de classe, justamente por não possuir um projeto próprio, independente.

Juventude e Movimento Estudantil

Também a ausência de um projeto não é algo natural. A juventude, principal protagonista de junho, cresceu vendo os instrumentos construídos pela classe passarem de portadores de um projeto de emancipação à administradores e defensores do projeto de sociedade da classe dominante.

Tendo como principal expressão, o PT, mas também CUT e UNE, forjados nas lutas do final da década de 70, foram educados e educaram politicamente toda uma geração de militantes da classe trabalhadora. Esse processo de transformação ocorreu em uma conjuntura de enormes derrotas para os trabalhadores, como demonstra Badaró Mattos:

[...]parto de uma análise do momento histórico atual como sendo aquele em que: a classe trabalhadora vive, em seu confronto com o capital, uma época histórica de derrotas, que se iniciou por volta da primeira metade da década de 1970 em escala internacional e que no Brasil se tornou mais visível a partir dos anos 1990. Tal derrota significou, do ponto de vista objetivo, uma maior precarização das relações de trabalho, ou seja, a retirada dos direitos (entendidos como limites à exploração) conquistados em momentos anteriores, quando a correlação de forças não lhe era tão desfavorável. Significou também uma ampliação das taxas de desemprego e um agravamento das condições de vida. Do ponto de vista da subjetividade coletiva, a derrota teve por conseqüências principais o recuo do sentimento de pertencimento a uma coletividade social – a identidade de classe – e da identificação com os projetos de transformação social orientados por uma perspectiva de classe dos trabalhadores. Fragmentação, portanto, não apenas no nível objetivo das relações de trabalho, mas também no plano da consciência de classe. (MATTOS, ano N.I)

A fragmentação ocorrida tanto a nível subjetivo quanto objetivo, somada a perda de referências de luta, carregaram consigo a possibilidade de educação política e organização de toda uma geração. Desse processo decorre a visível limitação política e a ausência de projetos e referências que poderiam dar ao Movimento de Junho uma perspectiva de transformação radical da sociedade.

É importante termos essa caracterização sobre quem somos, para a juventude do século XXI, formada sob o ideário neoliberal e pós-moderno, onde somos bombardeados com valores como individualismo e empreendedorismo, momentos de coletividade e sentimento de pertencimento a um grupo são raros e fundamentais dentro do processo de consciência. Ainda, sob a bandeira pós moderna do fim da história e impossibilidade de transformarmos revolucionariamente a sociedade, toda uma geração cresceu abominando

qualquer organização política, como também ficou expresso recentemente com a palavra de ordem “sem partido”, resgatada de um dos períodos mais nefastos da história da humanidade, o fascismo.

Essa é a juventude que dia a dia se revolta com as contradições sociais, pois o discurso de empreendedorismo de si mesmo não corresponde à realidade material, onde a precarização das condições de trabalho e formação são a regra. Porém essa revolta não enxerga alternativas reais. Também é essa juventude que adentra a Universidade e tem contato com o Movimento Estudantil organizado. Portanto as tarefas que nos são colocadas, não é de negar o senso comum da juventude, mas de compreendê-lo como uma forma de consciência socialmente determinada e trabalhar com as contradições vividas diariamente, buscando formas de construir espaços de discussão política e possibilidade de organização coletiva.

Concepção: aprender nas lutas para reorganizar

A virada conjuntural que tivemos em 2013 colocou em novos termos as questões referentes à reorganização da esquerda brasileira e, conseqüentemente, a reorganização do Movimento Estudantil. Em primeiro lugar, constatou-se a fragilidade das alternativas até então constituídas em se aproximar do movimento espontâneo. Em segundo lugar, e isso que deve centrar nossa atenção, verifica-se que, em meio a uma conjuntura extremamente dinâmica e complexa, os setores da esquerda seguem apostando em velhas formas superestruturais de instrumentalizar as lutas. Tal concepção de movimento provou sua ineficiência, se concretizando como um erro; e não sendo tratado como aprendizagem, se materializa como algo estranho à dialética, muitas vezes como oportunismo, o que força a manutenção de uma distância abismal, da possibilidade da esquerda brasileira, em se apresentar como uma referência política, de liderança, para esse (re)nascente movimento de massa que experimenta o sabor das ruas.

Perry Anderson (2013), em entrevista para o jornal “O Estadão”, alerta sobre esta questão:

Três grandes conquistas vieram com os protestos de junho. Primeiro, as manifestações marcaram o despertar político de uma nova geração – principalmente, mas não exclusivamente, dos jovens, dos trabalhadores oprimidos. Segundo, ao forçar espetacularmente governantes a recuar no aumento das tarifas de transporte público em grandes cidades, eles fizeram surgir uma compreensão de empoderamento social (de dimensão

potencialmente nacional) para setores até então passivos da população. Por último, e não menos importante, levantaram a questão da distribuição, escandalosamente distorcida, das despesas públicas no Brasil. O mérito para tudo isso vai para os movimentos de esquerda que alavancaram os protestos – o MPL principalmente - , cujo eco popular foi tão expressivo que mesmo forças de direita aderiram às manifestações, pautadas por seus próprios propósitos. Assim, a fragilidade dos protestos está na enorme disparidade: por um lado, o pequeno núcleo organizado que inspirou as revoltas de junho; por outro, a escala das multidões que tomaram parte nessas manifestações, sem liderança política ou infraestrutura duradoura. O futuro dependerá de até que ponto essa lacuna poderá ser fechada.

O movimento de massas no Brasil seguia, até então, um longo período de descenso, reflexo das grandes derrotas internacionais das alternativas até então sustentadas pela classe trabalhadora a partir das últimas décadas do século XX. Derrotas impostas, sobretudo, pela reestruturação capitalista neoliberal e pela crise dos estados operários do leste europeu. Hoje, a esquerda brasileira encontra-se bastante desarmada para que possa se apresentar como alternativa concreta no combate aos efeitos de um severo processo histórico de proletarização que acomete trabalhadores e juventude.

Em momentos de radicalização, como observou-se no ano passado, fica mais evidente que os métodos adotados até aqui geralmente optaram por não encarar a tarefa da reorganização da esquerda, contentando-se com tarefas estéreis de autoconstrução e de disputas de direção num campo político já bastante debilitado, ou mesmo limitando-se meramente à disputa eleitoral burguesa, como acontece neste ano de 2014.

No caso do ME, os sintomas destes velhos vícios são muito perceptíveis. Assim, muitas das pautas que normalmente são encaradas como específicas, mas que na realidade atendem aos interesses dos estudantes de diversas instituições do país – como defesa da assistência e permanência estudantil, democracia universitária, segurança nos *campi*, etc. – deixam de assumir seu verdadeiro potencial por não haver suficiente articulação que as torne pautas gerais. Isto significa dizer que não há resposta estudantil forte e unificada aos ataques à educação pública porque, ao mesmo tempo, não se assumiu a necessidade de unificar as lutas sob a perspectiva da reorganização do ME.

Obviamente, existem diferenças importantes entre organizações e coletivos que hoje situam-se no campo da esquerda e atuam no ME. Isto não deveria ser um impeditivo para encarar os desafios impostos por essa conjuntura através de respostas unificadas. Todos temos como tarefa mobilizar e aglutinar a juventude, construindo o movimento real,

a partir da qual as diferenças devem ser colocadas. Entretanto, num cenário que já é de desertificação ou de fragmentação, a atração pela mera demarcação de posições e pela prática da agitação vazia tem se tornado predominante. É significativo nesse sentido, buscar uma leitura conjuntural que atenda à necessidade de alterar esse quadro, levando em conta os caminhos percorridos até aqui.

Reorganização do Movimento Estudantil

Como demonstrou as mobilizações de junho do ano passado, uma grande parcela da juventude brasileira desponta tendente a uma radicalização que não encontra referência em nenhum instrumento político construído até aqui. Em diversas cidades, estes jovens sentem-se impelidos à enfrentar os efeitos perversos de uma intensa proletarização que se manifesta, dentre muitas formas, através das péssimas condições de mobilidade urbana, poucas expectativas profissionais, extrema violência policial, cerceamento dos espaços de lazer e manifestação política, etc. Entidades estudantis que em outros momentos da história brasileira articulavam a luta da juventude, hoje inexistem na rua e no horizonte deste importante setor da sociedade, muitas vezes protagonista de levantes, como nas experiências recentes, inclusive na virada conjuntural de 2013.

Como se sabe, hoje, a Universidade brasileira ocupa um lugar cada vez mais impenetrável às demandas sociais da classe trabalhadora e da juventude pobre. Esta tendência encontrou um grande estímulo a partir da implementação da contrarreforma universitária, através do Reuni, programa que reorienta toda a lógica do ensino superior brasileiro, tendo como aspecto importante o acondicionamento das instituições de ensino superior aos interesses da acumulação capitalista. A UNE foi coautora deste projeto, servindo como importante instrumento do governo federal para neutralizar as resistências estudantis. Liquidada pela burocratização e pelo compromisso com as contrarreformas neoliberais, a UNE representa hoje no ME uma institucionalidade que é necessário ser combatida. As nossas lutas devem ser potencialmente mais fortes quando decididas a indicar à juventude o caminho da superação das formas políticas de que o neoliberalismo se valeu para sucatear e privatizar a educação pública. Por este motivo, seria desnecessário dizer que apostar na construção de oposições dentro da UNE, é desprezar a conjuntura atual e todo o potencial político nela existente.

Entretanto, é ilusório acreditar que a necessária reorganização do ME passa por simples iniciativas superestruturais, como a criação de novas entidades. Instrumentos

construídos dessa maneira, como mera expressão da vontade, mas afastados da realidade concreta, estarão fadados a uma estéril burocratização e a reproduzir mais do mesmo. Este é, aliás, um dos vícios mais duradouros de uma esquerda que tem se inclinado prioritariamente à autoconstrução. O que se exige de nós são respostas superiores a tudo o que foi produzido até agora. Para o Movimento Estudantil, assim como para o conjunto da esquerda, é necessário que superemos a lógica de apenas disputar aparatos e façamos uma reflexão que coloque a reorganização, em todos os seus aspectos, na ordem do dia.

Infelizmente, os principais setores do ME ainda se comportam como se nada tivesse mudado e como se as alternativas já estivessem construídas. O setor da ANEL se configura cada vez mais como um coletivo do PSTU, mantendo uma política estéril de afirmar-se como “A” alternativa da reorganização. Se assim fosse, tal entidade conseguiria minimamente articular alguma forma unitária de luta nacional, o que passa bem longe da realidade. Trata-se, antes, de um aparato ossificado e burocratizado que tem como política a autoconstrução. Parte disso tem sido as sistemáticas e infelizes análises sobre a conjuntura atual feitas pelo PSTU, que conduzem sempre numa referência em si mesmo como detentor das respostas viáveis para a esquerda brasileira.

Por outro lado, a Esquerda da UNE – tendo os coletivos do PSOL como proa no ME – sente-se confortável para não travar o debate da reorganização e tratá-lo como assunto de vanguardistas (e aqui a infeliz atuação da ANEL cai como uma luva para essa posição). Entretanto, o que justifica que a juventude que desponta com novo e específico nível de consciência deva se pautar pela disputa inglória da direção da UNE, entidade que nem mesmo lhes fornece qualquer exemplo de presença no seu cotidiano? Quem decide isto de antemão são as direções, estas sim, vanguardistas e descoladas das especificidades do que hoje está colocado.

Acreditamos que, frente a uma realidade fragmentada, mas com muitos potenciais, o ME tem tarefas que devem superar as formatações hoje existentes e começar a redesenhar os caminhos da reorganização. A forma, os instrumentos, a entidade, etc., ou qualquer coisa que venha dar o tom da unidade das lutas, devem ser produto da busca pela unificação, nas lutas, do estrutural com o político. Caso não nos lançarmos a isso, seremos eternos reféns de tudo aquilo que já se mostrou superado.

O MEEF e a Reorganização do ME nacional

São raros os espaços existentes nos movimentos de área no Brasil em que se debatam com profundidade temas específicos e se produzam sínteses políticas capazes de potencializar as lutas dos estudantes. O que ocorre com o MEEF, e justifica seu diferencial, é fruto de um trabalho bastante qualitativo perseguido ao longo dos últimos anos. Esse trabalho seria em vão se não fosse constituído por movimentos dinâmicos nas suas bases, enfrentando-se com as mais diversas manifestações da precarização e da privatização que assolam o Ensino Superior de norte a sul do país.

Essas experiências de luta, levadas aos debates políticos francos dos espaços e fóruns do MEEF, indicam, há algum tempo, que há mais em comum nos enfrentamentos travados do que “apenas” a disposição de combatividade de estudantes militantes. O acúmulo produzido, e permanentemente reincorporado às lutas locais, propiciaram ao MEEF o entendimento da necessidade de sepultar as velhas concepções e as velhas práticas do ME brasileiro e de se lançar a construção do novo.

Mas o que seria o novo? A resposta para essa pergunta pode não ser tão simples. Afinal, para transformações históricas importantes nunca existiu e jamais existirá receita pronta. Entretanto, algumas considerações acerca daquilo que não se deseja reproduzir e uma observação atenta sobre as próprias posições construídas pelo MEEF, podem ser extremamente oportunas para destacar possíveis tendências importantes para que o ME alcance outro patamar.

O que identifica o velho movimento estudantil, representado essencialmente pela sua entidade nacional, a União Nacional dos Estudantes (UNE), é sua transformação em verdadeiro Ministério Estudantil dos sucessivos governos federais após a vitória de Lula/PT em 2002. A incorporação institucional da entidade aos projetos que aceleram a transformação da educação em mercadoria fazem dos setores que a compõem verdadeiros defensores da privatização no seio do ME. Não à toa, quando as lutas vêm, a UNE some, ou aparecerem na tentativa de esfriar as mobilizações e refrear suas pautas.

A atuação da UNE na Greve Nacional de 2012 representa bem essa perspectiva. Enquanto as pautas dos estudantes grevistas foram unificadas no calor dos enfrentamentos em torno do Comando Nacional de Greve Estudantil (CNGE), que inclusive desautorizou a entidade a falar em nome da greve, a UNE se reuniu com o Ministério da Educação para assinar acordos totalmente estranhos às reivindicações dos grevistas, numa clara tentativa de legitimar-se nacionalmente como porta-voz de todo o

processo. Depois da cordial recepção que obtivera do governo federal em Brasília, a UNE declarou vitória, numa clara tentativa de desestabilizar todo o movimento.

Apesar da UNE ter atuado na contramão da greve em 2012, o CNGE foi um importante instrumento para aglutinação das pautas dos estudantes de todo o país e um legítimo representante político de um movimento que ressurgia com força contra o governismo. Com o fim da greve, o comando se dissolvera, mas deixara como legado a experiência de construção de um instrumento dinâmico que compreendeu a tarefa histórica de parir alternativas políticas para o enfrentamento com governos e seus representantes. Ao fazê-lo, o CNGE confirmou a tese de que, nessa atual conjuntura histórica, é necessário se desagarrar do velho e combater a burocracia e o oportunismo governistas.

Outro aprendizado importante de 2012 vem da constatação da importância de um instrumento permanente que unifique as pautas nacionais, visto que estas têm por base a mesma oposição direta à política que é imposta à educação em todo o país. Só um instrumento como esse poderá, ao assimilar a concretude das lutas, alterar a correlação de forças que hoje está colocada e impedir que a UNE siga tentando falar em nosso nome. Mas como já foi falado, ele não pode surgir apenas de nossa vontade subjetiva.

A ExNEEF deu um importante passo ao romper com a UNE em 2008, abrindo mão de uma estéril disputa interna na entidade e retomando um trabalho sério de reaproximação e construção pela base. Isso se materializou, por exemplo, na campanha “Educação Física é uma só! Formação Unificada JÁ!”, lançada em 2009, que aproximou da executiva muitos e muitas estudantes e entidades de base. A partir daí, entidade nacional e entidades de base passaram a se retroalimentar diariamente, recolocando as lutas locais e as nacionais em outro patamar. Ao longo desses anos, foram feitos sistemáticos balanços do rompimento com a UNE, e a avaliação em todos os balanços foi de que a opção pelo rompimento foi acertada. Os estudantes de Educação Física retomaram as fileiras das importantes lutas do ME nacional ao compreenderem que, para se aprender a construir o novo, é necessário ao mesmo tempo destruir o velho.

A garantia para que uma entidade não se burocratize e não se torne instrumento de barganha na mão deste ou daquele setor do ME, é que sua construção seja fruto das lutas e que se alimente permanentemente destas. É o que hoje ocorre com a ExNEEF: mais do que um adesivo, uma camisa ou uma bandeira, a entidade é constituída por lutas

e, via de mão dupla, garante munição para elas. Acreditamos que essa experiência possa vir a contribuir com as necessárias inflexões que o ME brasileiro necessita.

A Assembleia Nacional dos Estudantes – Livre (ANEL), criada em 2009, tenta, em vão, se apresentar como o “novo”, mas seus limites estão claros para nós. Não se trata do fato de ser uma entidade recente, mas sim por reproduzir métodos que tendem a esvaziar os debates políticos, principalmente o debate da reorganização da esquerda e do movimento estudantil. Sua postura em relação às tarefas históricas do ME trata a reorganização como se esta tivesse se encerrado na própria criação da entidade. Imersa numa política de barganha com os demais setores do ME, a ANEL se furta a construir o debate da reorganização nas lutas do dia-a-dia, priorizando, por vezes, o rebaixamento de pautas em nome da autoconstrução. Esvaziando-se em conteúdo político e tratando de pleitear uma referência superestrutural em si mesmo; o caminho da ANEL não é outro que não o da burocratização e ineficácia diante da realidade dinâmica e contraditória que está erguida diante de nós.

Essas velhas práticas que soterram prematuramente o potencial das lutas são ainda uma marca persistente da esquerda antigovernista. A virada conjuntural marcada pelas Jornadas de Junho serve como exemplo disso: se reproduziu em larga escala os vícios dirigistas, hegemônistas e de autoconstrução acima de qualquer disposição real de compreender a realidade colocada. Como desdobramento, assistimos a secundarização dos debates políticos e o rápido esvaziamento de assembleias que chegaram a reunir milhares de pessoas.

Sabendo da importância do trabalho de base para o acúmulo político que se produz nos seus espaços, a ExNEEF aprovou em sua plenária final do seu último ENEEF, em Vitória- - ES, mais uma vez, a resolução de não construir, não participar e não observar os espaços da ANEL. A concepção de ME defendida hoje pelo MEEF passa ao largo dos métodos que caracterizam essa entidade, e devem ser reivindicadas para o ME nacional como um caminho viável e sólido para proporcionar os desdobramentos históricos de que tanto necessitamos para a aglutinação de estudantes combativos.

Perry Anderson, na mesma entrevista ao jornal “O Estadão”, no final de 2013, diz que “outro levante popular, talvez ainda maior, não pode ser descartado neste momento. Mas, para render frutos, uma alternativa construtiva para o atual impasse deve se firmar na imaginação popular. Disso ainda não há sinal.” O caminho para a superação do atual

abismo existente entre a juventude e os trabalhadores oprimidos que se levantaram em junho do ano passado em relação à esquerda brasileira, ou seja, a possibilidade da esquerda concretizar no imaginário popular, a luta organizada, nas ruas, como alternativa viável, passa pela reorganização dela mesma, fundamentada na construção de uma unidade real, não meramente eleitoral, unidade essa, a única capaz de enfrentar o atual cenário de institucionalização das lutas, criminalização dos movimentos sociais e da pobreza; da militarização e privatização da vida!

Como parte desse processo, entendemos que a reorganização do Movimento Estudantil ainda precisa se lançar decisivamente à destruição do velho como passo fundamental para um marco de ruptura que produza o novo. E isso não será conquistado se mantidos os velhos métodos que já citamos. O novo não cairá do céu e tampouco surgirá da vontade subjetiva de uma pequena direção alocada em qualquer entidade. O novo nasce necessariamente do calor das lutas, travadas no dia-a-dia, através de muito trabalho de base, em que se aprende a lutar, lutando.

Referências

BRITO, Felipe e **OLIVEIRA**, Pedro R. de. Territórios Transversais. In: MARICATO et al. Cidades Rebeldes: Passe Livre e as Manifestações que Tomaram as Ruas do Brasil. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior. 2013.

IASI, Mauro Luis. A Rebelião, a cidade e a consciência. In: MARICATO et al. Cidades Rebeldes: Passe Livre e as Manifestações que Tomaram as Ruas do Brasil. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior. 2013.

MARX, Karl. Contribuição à Crítica da Economia Política. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido! In: MARICATO et al. Cidades Rebeldes: Passe Livre e as Manifestações que Tomaram as Ruas do Brasil. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior. 2013.

MATTOS, Marcelo Badaró. A classe trabalhadora no Brasil de hoje: o processo de reorganização. 2011.

MEGAEVENTOS ESPORTIVOS E SUAS REPRESENTAÇÕES NA CONSTRUÇÃO DO ESPORTE NACIONAL

André Miranda¹

Jeferson Muniz²

*“Que tempos são estes, em que
temos que defender o óbvio” (Bertold
Brecht).*

Introdução

Passado mais um episódio de mudança e transformação em todo território nacional, há ocorrência de mais um grande evento esportivo no Brasil veio a nos mostra o quanto o país encontra-se em estado de subdesenvolvimento, vulnerabilidade, deficiência estatal, como também, sua realização, Copa do Mundo FIFA de Futebol 2014, legitimou quais as reais preocupações e prioridades dos nossos governantes frente a todas as carências e precariedades que o país vivência.

E inserida neste contexto que a Educação Física e em sua especificidade hegemônica, representada pelo conteúdo Esporte - e para nós estudantes, professores e militantes da Educação Física, não se refere a qualquer esporte, e sim elemento da cultura corporal - é inteligivelmente utilizado e midiático seja através televisão, jornal, internet e principalmente na escola, como principal responsável pelo sucesso, progresso e alcance de um estado de desenvolvimento da nação.

Nesse sentido, respeitando os limites e possibilidades colocados a esta iniciativa, como também, a complexidade e extensão do tema, tomaremos como ponto de partida a seguinte inquietação, De que forma a realização dos Megaeventos esportivos relaciona-se com o Esporte em suas mais diversas manifestações, e, nas possibilidades de atuação do professor de Educação Física?

O esporte ao qual conhecemos nos dias de hoje é diariamente incutido de um aparato técnico, mecânico e produtivo. Traduzido como mais um mecanismo de dominação e expropriação da classe trabalhadora, colocando sujeito contra sujeito,

desvalorizando o trabalho coletivo e eliminando a necessidade da luta organizada. Pode-se visualizar o fomento exacerbado da necessidade de apropriação pela sociedade, e inserido nela, a escola, mais especificamente o tempo-espço da aula de Educação Física, o engendramento pela procura e predominância da prática do Esporte – aqui nos referimos ao futebol e futsal – referenciado numa prática cada vez mais técnica, seja: desportivo-competitiva, individualizada, na qual se predomina a rivalidade, disputa e a performance. Mecânica ao segregar os alunos entre aptos e não aptos, atletas e não atletas, praticantes e expectadores, desvelando seu caráter alienador. E ao mesmo tempo, produtivo, ao alimentar a busca e difusão por um modelo hegemônico de produção, refletindo assim, na principal característica do modelo societário instaurado, que é a sociedade de consumo, baseada na lógica liberal produtiva, representado pelo sistema capitalista.

Como exemplo da criação dessas pseudo verdades, vemos:

A indústria do entretenimento encontra na linguagem universal da atividade esportiva uma forma de sua reprodução, através da criação de mitos do esporte, heróis e gladiadores, que atuam no desporto de alto rendimento. (Rúbio, 2002, apud, Figueiredo et al, 2013, p.4).

Não obstante a esse movimento de mudanças e transformação ao qual nos referimos, observamos a difusão de um instrumento de coesão de massas potencializarem as inversões de paradigmas, obrigações e prioridades que o Estado deveria concretizar, em outras palavras, perda de seu caráter de agente mantenedor das questões públicas. O que acaba por refletir de forma não aleatória e diretiva nos direcionamentos, deliberações e tomadas de decisão majoritárias acerca do papel da Educação Física na escola. Ver-se a procura pela qual perspectiva melhor atenderia aos anseios da sociedade burguesa de rendimento, invertendo-se a lógica, esporte na escola, para, esporte da escola.

Megaeventos e Esporte no Brasil

Antes de tentamos localizarmo-nos dentro desse processo, faz-se importante compreendemos que instrumento de coesão ao qual estamos nos referindo. Nessas primeiras décadas do século XXI o Brasil sofreu e irá sofrer a realização dos chamados

Megaeventos, e dentre eles, os megaeventos esportivos. Segundo Tavares (2011) megaeventos esportivos seriam,

(...) competições internacionais que reúnem um número de atletas que atinge a casa de milhares em um espaço de tempo de um mês, no máximo, com potencial de impacto em diferentes setores da sociedade e que possui significativa carga simbólica. (p.16).

Refém de seu processo de tentar alcançar as nações desenvolvidas - norte-americanas e do pólo europeu- o Brasil recebe dois pontuais eventos esportivos. A Copa do Mundo de Futebol, 2014, organizada pela empresa FIFA (Federação Internacional de Futebol Associado), e, Os Jogos Olímpicos Rio de Janeiro 2014, COI (Comitê Olímpico Internacional). Nas primeiras décadas do século passado, anos de 1920, o Rio de Janeiro sedia os Jogos Latino-americanos, com o objetivo de mostrar ao outros países que a Republica encontrava-se em fraca escola de desenvolvimento.

O ano de 1922 foi muito conturbado política e socialmente. Para criar uma imagem de um Brasil moderno, o presidente Epitácio Pessoa inaugurou o maior evento republicano que a nação já vira. Grandes estandes expuseram produtos da indústria nacional e internacional. A idéia era demonstrar “beleza, cultura e progresso”. (REVISTA DE HISTÓRIA DA BIBLIOTECA NACIONAL, 2014, p.18).

Passado trintas anos, o Brasil recebe a maior expressão de megaeventos esportivos da modernidade, a Copa do Mundo de 1950, “na ausência de concorrentes: a Europa estava arrasada após a Segunda Guerra. Diferentemente de hoje, o país-sede não tinha que cumprir uma série de exigências, mas apenas possuir estádios no padrão FIFA (IDEM, p.19)”. Ainda nesse período temos a realização dos jogos pan-americanos em 1963, “participaram da competição 1.655 atletas, competindo em 19 esportes, para satisfação dos paulistanos, o Brasil ficou em segundo lugar no quadro de medalhas”. (IDEM, p.20).

Não obstante, é no contexto histórico mais recente que poderemos criticamente destacar a deflagrada iniciativa da administração pública, federal e estadual, na realização desses grandes empreendimentos no país, às quais contam e oligarquizam-se a fortes e poderosos grupos econômicos empresarias. Corroboramos que

(...) os megaeventos esportivos passaram a serem vistos como oportunidades de promoção para cidades e países em termos de legados

econômicos, urbanísticos, sociais, culturais, ambientais e esportivos, entre outras, o que explica o envolvimento de governos nas candidaturas e organização de megaeventos esportivos (TAVARES, 2011, p.18).

A saber, os Jogos Pan-americanos, Rio-2007; A copa das Confederações de Futebol em 2013; a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e as Olimpíadas do Brasil em 2016. Quatro grandes eventos esportivos realizados em um intervalo de um pouco mais de 10 anos, em um país que possui altas taxas de analfabetismo, população abaixo da linha da pobreza, déficits habitacionais, além das já “habituais” mazelas sociais como desemprego, transporte público de péssima qualidade, saúde deficiente em todos os setores, (atenção básica, médica, especializada, medicamentosa, etc...), e a educação como mercadoria elitizada.

As quais segundo Figueiredo et al, (2013)

(...) deslocam parte do orçamento público na realização de megaeventos esportivos, e exclui a oportunidade de se priorizar esse orçamento em outras áreas, notadamente em áreas de demanda social. (p.5).

A prerrogativa instaurada centra-se na possibilidade de garantir resultados positivos para os países anfitriões, e em especial as localidades sedes com a promessa dos legítimos legados que a concretização da realização dos mesmos teria as cidades beneficiadas.

Acreditamos que, para um país em desenvolvimento não dever-se-ia deslocar a centralidade na organização e manutenção para essas empresas, FIFA e COI, visto aos recorrentes índices de desigualdade e pobreza traduzidos cotidianamente de Norte a Sul. Além da canalização da administração pública a construção e aperfeiçoamento da aparelhagem necessária, como também, da infra-estrutura que o subscrevi – ao qual precisaria atender aos anseios da população menos favorecida - a imposição desses grandes eventos esportivos instaura um sentimento de repulsa, descontentamento, e depredação pelas camadas populares.

Ouvia-se nas manifestações de rua, falas, debates o grito: “NÃO VAI TER COPA!”, “NA COPA VAI TER LUTA”. O que traduzia o espírito de descontentamento e revolução de diversos movimentos populares, sociais, estudantis e sindicais, na luta pela conscientização das massas frente às falácias que fortemente eram vinculados pelos

grandes monopólios de veículos de comunicação. O que também se representa no declarado estado de exceção, ao qual a União, os estados e cada entidade pública são obrigados a se adequarem

(...) por exemplo, a Lei Geral da Copa (Lei nº 12. 663, de 5 de Junho de 2012), que visa cumprir as garantias assumidas pelo governo brasileiro com a Federação Internacional de Futebol (Fifa-Fédération Internationale de Football Association), promoveu significativa legislação de exceção, na contramão de conquistas históricas da classe trabalhadora. (Idem, p.59).

O que gostaríamos de dizer é que, “SIM VAI TER COPA”, enquanto expressão da cultura da humanidade, socialmente construída, historicamente desenvolvida. Na qual todos em igualdades de força poderão ter acesso, representando a identificação ao patrimônio cultural do Brasil, e não os ditames de uma empresa multimilionária. Com efeito, lutamos e lutaremos por

De fato é outra Copa que se avizinha, elitizada, macdonaldizada pelo Padrão FIFA, padrão esse que exigimos para nossas vidas, e que com a persistência de nossa vontade política aliada condições objetivas ainda não presentes, um dia viabilizaremos (CASTELLANI FILHO, 2014, p.111).

Esporte e Escola

Tomados pela compreensão de que não conseguimos problematizar e debater o Esporte sem antes deparadas essas primeiras aproximações. Nesse sentido, como desdobramento inicial e apontamento da possibilidade de superação dessa lógica mecânica dada, se intencionaliza com esse estudo analisar qual a importância de se trabalhar/ensinar o esporte enquanto conteúdo nas aulas de Educação Física na escola?

Nesse sentido, nosso ponto de partida compreende a não dissociação da manifestação do esporte com o modelo de produção capitalista, como também, o não deslocamento das questões sociais da escola, tornando-a um espaço de neutralidade, imparcialidade. Considerando a tematização dos elementos da cultura corporal como norte estruturante para se apresentado e trabalhado as especificados organizativas presente na sociedade.

Entendendo que, a possibilidade pela superação da classe trabalhadora dos condicionantes previamente estabelecidos na sociedade de classes, só dar-se-ia quando a mesma pode ter acesso a todo saber objetivo historicamente acumulado, Saviani (1983), onde a prática cultural puder ser transformada em instrumento cultural de luta contra alienação entre os dominadores sobre os dominados.

Os seres humanos não nasceram jogando, dançando, praticando esporte, (...). A gênese do esporte, em seu sentido ontológico, está nas atividades humanas que garantiram as condições objetivas da existência, como trabalho socialmente útil. (TAFFAREL, et. al, 2013, P. 60).

A necessidade de tornarmos à escola um espaço de ensino crítico, propositivo e qualitativo, na qual a classe trabalhadora possa ter acesso ao saber, e não qualquer saber, nos referimos ao conhecimento científico, numa relação de transmissão de forma sistematizada e não fragmentada, elaborado e não descontextualizado. Cabe a escola e referenciado a escola pública, sua função dentro do sistema educacional de ensino,

(...) deve apontar para elaboração da teoria como categorias prática em, a partir da consideração da prática e sua descrição empírica, de um referencial que explique essa prática, na perspectiva da compreensão da sua totalidade, radicalidade e no conjunto, e da elaboração de proposições coletiva, solidárias, alternativas superadoras. (Pistrak, 1981, p.63).

O fortalecimento do Capitalismo, sua consolidação em inserção na administração no poder do Estado, marca-se na implementação de políticas públicas com o objetivo de adequação e manutenção do neoliberalismo - lógica liberal competitiva- a fim de que se alcance maiores e melhores índices, resultados, marcas, recordes.

(...), o espetáculo como afirmação de toda vida humana (social) em simples aparência. Está na ordem do dia ver e ser visto; as imagens das vitórias e dos sucessos servem à escola como primados das suas existência, não mais o projeto de formação ampliado dos jovens. (DANTAS JUNIOR, 2013, p.35).

Observamos que a intencionalidade que está por trás dessas medidas compensatórias, e a expressão exacerbada da necessidade de imprimir e manter a soberania de um país sobre o outro, de um governo sobre suas rivalidades histórico partidárias.

A educação Física escolar, assim, já foi responsabilizada pelo “fracasso” em expressão de números de medalhas em olimpíadas. Caso dos jogos de Sidney, ocorrido na Austrália em Bracth (2013). Tal fato impulsionou as tomadas por inúmeras medidas emergências compensatórias para estimular e pontencializar os resultados do Brasil nos próximos jogos.

Ao que compreende a prática do esporte no ambiente escolar de ensino, e aqui frisamos a Educação Física enquanto produção histórica de conhecimento sistematizado que compõe em igualdade de importância o currículo de ensino. A alteração na redação da LDB em 2001, se inserido em seu art. 26 a palavra, “obrigatório”, após a conotação “curricular”, (BRACKTH; ALMEIDA, 2013). Lendo-se assim, “A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica sendo sua prática facultativa ao aluno” (Lei nº 10.793, de 1º. 12.2003).

Tal medida mostra de forma clara a iniciativa do governo federal em massificar a entrada do educando a prática da educação física escolar, no entanto, compreendida dentro do modelo: iniciação, aprofundamento e aperfeiçoamento de sua prática esportiva. Atrelada consubstancialmente desse ideal, ocorre à propagação e ampliação do programa segundo tempo (PST), que embora tragar em seus ideais a iniciativa do contato com a prática esportiva, o mesmo apenas foi e continua sendo utilizado como um instrumento de seara de jovens e potenciais talentos esportivos. Em seu objetivo central, a tentativa de promover o desenvolvimento da Educação Física às escolas brasileiras e, com isso, beneficiar a 36 milhões de crianças em todo o país, Esporte (2002).

Para Grunennvaldt et. al (2013), a escola compreendida como um espaço de concreta universalização, atenderia o ideal da inserção do esporte a todos, onde a carência de estrutura e infra-estrutura nos espaços, tornar-se-ia elemento motivador de sua aceitação; a formação especializada dada os professores de educação física, os transformaria em mão de obra comprometida e engajada com a causa, e por ultimo, o esporte já sendo maciçamente praticado nas escolas, capital e interior. A iniciativa aqui é torná-lo administrável, com parâmetros, relatorias e resultados periódicos. Estava instaurado um dos maiores empreendimentos da “nação”, mais uma vez o *slogan*, esporte para todos estava em xeque, no entanto agora com cara, idéias e discurso novo.

A necessidade de tornar o Brasil um país tão grande quanto arrogância daqueles que ciclicamente estão no poder, difundiu em todas as ambiências a certeza de que a

prática da educação física se resumiria a prática esportiva, na qual estava depositava todas as esperanças da ordem e progresso da nação. Segundo Bracht; Almeida (2013) “(...) pais e alunos acabam por associar a Educação Física Escolar ao fenômeno esportivo a partir da visão hegemônica de esporte na nossa cultura. (p.138)”

Para tanto, parafraseando iniciativas anteriores, nos colamos com a seguinte questão: Como lidar com um fenômeno tão poderoso, o esporte e seus (megaeventos) sem a ele sucumbir?

Compreendemos que, a promoção do Esporte e dos megaeventos esportivos não contempla os processos formativos do educando, enquanto a escola, agente de socialização e estímulo do conhecimento científico e da consciência crítica referenciada, na poderá ser mais uma ferramenta da capital para consolidação dessa indústria capitalista de demanda e mercado, de produção e consumo. O que empobrecidamente enxergamos a:

A universalização do esporte impõe dinâmicas que orientam as práticas, as reflexões, sobretudo suas identificações com as nações, com as formas do consumo e com as relações mais comezinhas entre os homens. (DANTAS JUNIOR, 2013, p. 34).

Considerações Finais

A Educação Física, e a Educação Física escolar, não poderão transformar sua práxis em treinamento desportivo, baseado em princípios e ditames do capital, inspirados na lógica liberal de consumo, na qual exalta a minoria – heróis nacionais- e aparta a grande maioria durante todo esse processo de seleção de crianças, jovens e adolescentes, excluindo-os da prática, vivência e primordialmente, o contato com o esporte, seja participativo, educacional e nesse caso específico esporte de rendimento.

Portando, a organização do trabalho pedagógico nas escolas reproduz, não de maneira mecânica, mas por mediações, as características, e funções mais gerias que regem o modo de produção e as funções sociais que o esporte desempenha na sociedade capitalista. (TAFFAREL et. al, 2013, p. 59).

O professor de Educação Física comprometido com a transformação social, deverá cotidianamente incentivar aos educandos sua aproximação crítica com as inúmeras

determinações ao qual o esporte se referencia e consubstancialmente se apresenta (economia, política, rendimento, espetacularização). Buscam-se com isso, o trato com o esporte a partir da apropriação pelos indivíduos, sujeitos de sua construção histórica, pelos elementos críticos, propositivos e transformadores da cultura corporal de movimento.

Assumindo a tarefa de preparar nossos alunos para eles. Predispor discentes para esses megaeventos significa ampliar os seus conhecimentos sobre o fenômeno esportivo, e isso envolve tanto o aprendizado do esporte no sentido de sua prática, suas regras características, e lógicas internas, como a compreensão do significado cultural, político e econômico do esporte de uma maneira geral e dos megaeventos em particular. (BRATCH; ALMEIDA, 2013, p.139).

A Educação Física comprometida enquanto disciplina escolar, e a partir da compreensão teórico- metodológica que trabalhamos, observa o esporte como toda cultura de movimento, selecionando, organizando e sistematizando, e por ultimo, sua tematização dentro dos ciclos de ensino, “pedagogizando” todo acarbouço teórico, instrumental técnico e científico da cultura corporal.

Nesse sentido, não lutamos pela exclusão do esporte do chão da escola, como também, enquanto seu caráter cultural na sociedade. Acreditamos que, o aprofundamento em suas múltiplas manifestações é a prática social inicial para conseguimos coletivamente e de forma crítico organizada superar os velhos vícios e propor possibilidades de transformação e emancipação do/pelo esporte. E em sua totalidade, a emancipação do sujeito histórico, no qual sua prática social o identifica como natural e o materializa como sua natureza.

Notas:

1. Professor de Educação Física formado pela Universidade Federal do Pará- UFPA. Coordenador Nacional da Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física – EXNEEF - Gestão 2013/2014.
2. Formando em Educação Física pela Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS. Coordenador da Regional 3 da Executivo Nacional de Estudantes de Educação Física- EXNEEF- Gestão 2013/2014.

REFERÊNCIAS.

DANTAS JUNIOR, Hamilcar Silveira. **Espetacularização da escola: a Educação Física, o esporte e os megaeventos.** Em Aberto. Brasília, v.26. 2013.

MURICATO, Ermínia. **Manifestações Populares e Cidadania nas “Cidades Rebeldes” dos Megaeventos Esportivos.** Motrivivência. Ano XXV, Nº 41, P. 07-11 Dez.2013.

TAVARES, Otavio. **Megaeventos Esportivos.** Movimento, Porto Alegre, v.17. 2011.

FIGUEIDO, Fábio Fonseca. (org) **Os Impactos e Legados Nefastos dos Megaeventos Esportivos no Brasil: Copa do Mundo de 2014 e Jogos Olímpicos.** 2016.

LINO, Castellani Filho. **Os Megaeventos Esportivos no Brasil: de expressão da política esportiva brasileira para a da concepção neodesenvolvimentista de planejamento urbano.** Motrivivência V. 26. Jun. 2014.

TAFFAREL, Celi Nelza Zulke. **Currículo, Formação profissional na Educação Física esporte e campos de trabalho em expansão: anatonismo e contradições da prática social.** Movimento. Ano IV Nº 7.1997.

TAFFAREL, Celi Nelza Zulke. **Copa do mundo e a formação de jovens atletas contra a barbárie.** Rascunho Digital. 2012.

MASCARENHAS, Fernando. **Megaeventos esportivos e Educação Física: alerta de tsunami.** Movimento, Porto Alegre, v.18, n.01. 2012.

TAFFAREL, Celi Nelza Zulke. **Megaeventos contradições e premiações.** Rascunho Digital. 2014.

TAFFAREL; SANTOS JUNIOR; SILVA. **Megaeventos esportivos: determinações da economia política, implicações didático- pedagógicas e rumos da formação humana nas aulas de Educação Física.** Em Aberto. Brasília, v.26, n.89. 2013.

BRACHT, V.; ALMEIDA, F. Q. **Esporte, escola e a tensão que os megaeventos esportivos trazem para a Educação Física Escolar.** Em Aberto. Brasília, v. 26, n. 89. 2013.

GRUNENENVALDT, J. T.; KUNZ, E. **Educação Física Escolar e megaeventos esportivos: quais suas implicações?** Em Aberto. Brasília, v. 26, n. 89. 2013.

Revista de História da Biblioteca Nacional. **Quem paga a conta?** Ano 9, nº 105, junho de 2014

EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA: DE UM DIREITO A UM SERVIÇO!

*Kauê Hahn*¹²

*Marina El Hajjar Meneghel*¹³

*Marina Neves*¹⁴

A história de todas as sociedades até agora tem sido a história das lutas de classes (MARX e ENGELS). Na sociedade capitalista, modo de produção vigente, essa divisão ocorre entre capitalistas e trabalhadores. Para manter e expandir as taxas de lucro desse sistema será necessário retirar direitos da classe trabalhadora, chamada por David Harvey de acumulação por despossessão. Essa retirada de direitos só serve para enriquecer patrões e são historicamente contestada pelos trabalhadores que se organizam nos seus locais de trabalho, se organizam por meio de sindicatos, movimentos sociais, coletivos e partidos. As greves são um instrumento fundamental para essa luta por garantia de direitos.

Tivemos um imenso processo de organização da classe trabalhadora até a chegada do PT ao governo, toda a classe se mobilizava na luta por melhores condições de trabalho. Quando o PT assume o poder, com Lula da Silva, a classe trabalhadora acreditava que estaria aí a chance de ter uma vida com mais dignidade. Mas percebemos que diferente do que grande parte da população acreditava, o PT assume, com a carta ao povo brasileiro de 2003 que iria governar para todos, deixando seu mandato a disposição de grandes empresários e banqueiros, assumindo o compromisso com Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI), dando continuidade e intensificando a política do Consenso de Washington, que irá definir e atualizar a ideologia do capital humano¹⁵.

¹² Estudante de Educação Física Licenciatura da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Coordenador Nacional da Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física (ExNEEF)

¹³ Licenciada em Educação Física pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e estudante de bacharelado da respectiva Universidade

¹⁴ Estudante de Educação Física Licenciatura da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Coordenadora Regional Sul da Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física (ExNEEF)

¹⁵ Para compreender a teoria do capital humano indicamos a leitura dos textos de Gaudêncio Frigotto e seu livro “A produtividade da escola improdutiva”

Nesse mesmo ano o governo consegue passar a contra-reforma¹⁶ da previdência aumentando a idade de aposentadoria, incentivando a expansão de planos privados. Inicia em 2004 a contra-reforma universitária através de decretos e medidas provisórias, dando força ao setor empresarial no ensino superior. Aprova o Plano de Desenvolvimento Educacional (PDE) indicando novas diretrizes pra educação básica. Em meio a todas essas políticas o Brasil aprova a vinda de megaeventos esportivos¹⁷, com a justificativa de que teríamos grande investimento e retorno para o país, deixando legados importantes de infraestrutura.

Após vários anos de cooptação dos principais instrumentos de organização da classe trabalhadora por meio do governo petista, essa classe, esgotada pelas precárias condições de trabalho e retirada de direitos volta a se organizar, encontrando novas formas, até mesmo por fora de sindicatos, a exemplo recente a greve dos garis no Rio de Janeiro - RJ, a greve dos rodoviários em Porto Alegre - RS. Temos visto nos últimos cinco anos um aumento significativo das greves no país, destas grande parte encontra-se no setor da educação pública.

Passados 8 anos de governo petista os trabalhadores e estudantes da educação pública começam a dar indícios de que não vão mais aguentar essa intensa retirada de direitos e retomam com maior força as greves e mobilizações. Em 2011 temos um movimento pelos 10% do PIB pra educação pública JÁ! que realizou uma campanha e um plebiscito no país inteiro e em 2012 a maior greve das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) já visto nesse país desde a greve de 2001 após passarmos por uma grande experiência de privatizações e implementação do neoliberalismo com o governo de FHC/PSDB, foram mais de 95% das Universidades Públicas Federais que paralisaram para reivindicar plano de carreira, melhores condições de trabalho, e também questionando os 5 anos do Plano de Reestruturação do Ensino Superior (REUNI) que criou novas universidades, novos cursos, ampliou o número de vagas para os cursos já existentes com o falacioso argumento de democratização do acesso, mas que de modo geral, se materializou na intensificação do processo de precarização das universidades públicas, não ampliando as estruturas físicas e não aumentando de forma significativa o

¹⁶ Ao falarmos em reformas necessariamente estamos indicando que ainda precisamos avançar nos direitos sociais, a exemplo disso a reforma urbana, a reforma agrária. Optamos por utilizar o termo contra-reforma, pois são políticas que vem no sentido de retirar direitos, precarizando o serviço público e valorizando a iniciativa privada.

¹⁷ Jogos Pan Americanos (2007); Jogos Parapan Americanos (2007); Jogos Mundiais Militares (2011); Copa das Confederações (2013); Copa do Mundo (2014); Jogos Olímpicos (2016); Jogos Paraolímpicos (2016); Jogos Mundiais Universiade (2018); Copa América (2019).

número de contratação de docentes e técnicos administrativos, tornando as universidades públicas verdadeiras escolhas.

Junho de 2013 é o marco desse processo, que acreditamos ser o início da negação ao projeto democrático e popular (PDP). A juventude trabalhadora saiu às ruas para dizer não ao aumento da tarifa de ônibus e ao baixar o preço das passagens em algumas cidades do país percebeu o tamanho da sua força e denunciou as principais problemáticas que afetam cotidianamente a vida dos jovens e trabalhadores brasileiros, e para além da denúncia, reivindicou mais investimento para saúde e educação pública, por direito à moradia e diferente do que muitos diziam, negou a copa do mundo, sintetizando a consigna “Não vai ter copa”. Infelizmente a esquerda brasileira não estava preparada para dar conta do movimento massivo e a resposta que direcionou a indignação foi dada pelo governismo, apontando a reforma política para as saídas dos problemas, mais uma vez a institucionalidade burguesa foi a orientação seguida e o caminho para o esvaziamento momentânea das ruas. Mas porque analisar junho novamente? Porque junho conseguiu ser a síntese de uma revolta contida há mais de 12 anos, um povo que passa por uma aparente melhora, mas que percebe que as condições de vida estão cada vez piores. Os salários não acompanham o aumento do preço da cesta básica, a saúde pública pede socorro e pagamos duas vezes por esse direito ao pagarmos nossos impostos e também um plano privado, a juventude não encontra emprego, a aposentadoria está virando algo passado, a classe trabalhadora está cada vez mais endividada e vivemos um intenso processo de privatização da vida.

Essa privatização atinge de forma significativa a educação pública. Após junho de 2013 os trabalhadores da Educação junto ao SEPE-RJ realizaram uma das maiores greves da categoria, colocando 100 mil pessoas na rua em defesa da educação pública, gratuita, de qualidade. Percebemos que o que existe em comum em todas greves, mobilizações, paralizações refere-se às condições de trabalho, salário, carreira e formação. Ao longo desse texto tentaremos explicitar o conjunto desses ataques e quais implicações para a formação dos trabalhadores.

Todos os bichos são iguais, mas alguns bichos são mais iguais que outros¹⁸

¹⁸ Frase retirada do livro A revolução dos Bichos de George Orwell

Iniciamos com a frase do clássico “A revolução dos Bichos”, pois quando falamos em educação pública precisamos ter clareza de que falamos da formação dos filhos da classe trabalhadora. Numa sociedade dividida em classes, onde a burguesia detém os meios de produção e os trabalhadores tem somente sua força de trabalho para ser vendida percebemos que a educação passará a cumprir o papel essencial para o sistema de consenso entre as classes. Somos todos seres humanos, mas uns são mais humanos que outros.

Nos questionamos, como é possível que os/as trabalhadoras permitam que sua força de trabalho seja explorada, permitam que suas condições de vida sejam precárias e que se tiverem acesso a bens de consumo será a base de muito trabalho, e na maioria das vezes, comprometendo seu salário com crédito fácil e endividando-se. Como aceitar que apenas 1% da população do mundo detenha 85% da riqueza produzida? Como explicar a pacificação desses sujeitos? Porque não se revoltam? Mauro Iasi, num texto sobre educação e consciência de classe nos ajuda a refletir sobre essas questões, utilizando a categoria da ideologia para compreendermos o movimento da consciência de classe.

Ao nascermos seremos educados a partir das ideias e valores da classe dominante, ou seja, o nosso primeiro estágio de consciência está vinculado a essas relações. Acreditamos que é normal alguns terem mais que outros, que devemos nos esforçar a vida inteira para ter uma vida boa, com conforto. Somos amoldados para naturalizarmos relações de opressão de uma classe sobre outra. E para isso existem instituições formais e não formais que darão conta de nos manter no primeiro estágio de consciência: a alienação.

A educação formal é o espaço onde forjamos os sujeitos que estão no mundo do trabalho, sujeitos esses que devem se comportar de forma a compreender sua função no mundo, de aceitá-la e de buscar, através de esforços individuais o mérito de ter um bom trabalho, de ter uma formação de qualidade. Para Mészáros a educação institucionalizada serve:

(...) ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que *legitima* os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja forma

“internalizada” (isto é, pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente impostos. (MÉSZÁROS, p. 35, 2005)

As instituições educacionais fazem parte da sociedade civil burguesa, dessa forma irão atender a interesses dessa classe dominante. A escola, como o primeiro espaço formal de educação, será “uma âncora tanto para preparar trabalhadores como para arregimentar uma população que se quer controlada, normalizada e informada tecnicamente: dócil e despolitizada”. (SCHEINVAR e LEMOS).

Ao fazermos essa reflexão temos a tendência de acreditarmos que não temos tarefa nenhuma na escola e esse é um grande equívoco. Necessitamos pensar de forma dialética, articulada, do específico para o geral e vice versa. Qualquer luta que façamos dentro da escola, e até mesmo pensarmos uma prática pedagógica revolucionária ou que contraponha essa sociedade não é perda de tempo. Mas não podemos tomar essa tarefa como centralidade sem vincularmos a uma luta por mudanças estruturais. Está comprovado que disputar espaços institucionais não muda a base estrutural, vide a política do PT nos últimos 20 anos, e 12 anos ocupando o maior cargo público de dominação do país.

A escola pública é o local de formação formal da classe trabalhadora e não por acaso tem passado por processos intensos de precarização, pois ainda que a escola se constitua como um espaço de formação para o capital, é um espaço contraditório e que tem potencialidades de formar sujeitos críticos que intervenham na realidade. A luta somente dentro da escola não dá conta de transformar a realidade, mas é um espaço que deve ser defendido como um direito de todos e lutarmos por sua qualidade social é fundamental nesse período em que necessitamos romper com a lógica educacional vigente que contribui para a manutenção de uma sociedade dividida em classes.

A contra reforma educacional em curso

Privatizaram sua vida, seu trabalho, sua hora de amar e seu direito de pensar. É da empresa privada o seu passo em frente, seu pão e seu salário. E agora não contente querem privatizar o conhecimento, a sabedoria, o pensamento, que só à humanidade pertence

Após aprovação da LDB construímos o Plano Nacional da Educação (PNE) da sociedade brasileira em contrapartida ao PNE do governo. Como já não estávamos num processo de redemocratização, diferente do processo de constituição da CF de 1988 que tivemos bons avanços, perdemos todos os pontos centrais de disputa do PNE e foi implementado a proposta do governo e praticamente não cumprida nos seus dez anos de vigência. Em 2012 não foi diferente, começou a tramitar o novo PNE que terá vigência até 2023 e agora encontramos uma política intensa de transformar a educação num serviço, os trabalhadores em prestadores desse serviço que terão metas a serem cumpridas, o investimento mais uma vez insuficiente, não distinguindo o montante que irá para a iniciativa privada e uma questão ainda mais delicada, o dinheiro que irá para o fundo público também poderá ir para a iniciativa privada através das parcerias público privadas que se expandem na escola e nas universidades públicas como uma política de Estado.

As políticas de precarização e privatização já estão em curso desde a década de 1990 no país, mas agora estão tomando outro caráter ao tornarem-se políticas de Estado, ou seja, independente do partido político que assumir o poder, terá que cumprir essa política, garantindo-a para os próximos dez anos.

Identificamos na escola básica com o quadro docente ataques em torno da sua contratação, que não é necessariamente através de concursos públicos, mas também, e a cada ano mais, feita por contratos temporários. Os contratos temporários deveriam ser uma política de urgência, mas o que vemos é que essa forma de contrato está virando regra à exceção. Os professores que são contratados não tem direitos trabalhistas como um professor concursado, podem a qualquer momento ser demitidos sem aviso prévio, e não tem vínculo estrutural com a escola prejudicando a possibilidade de criar projetos com a comunidade, de se relacionar com o quadro de professores concursados. No ano de 2013 no Rio Grande do Sul foi realizado concurso público para professores de todas as áreas e ao invés do governo chamar todos que passaram, renovaram o contrato com os professores temporários.

Nas universidades públicas ao invés de professores concursados existe a categoria dos professores substitutos, com contrato vigente de dois anos. Esse professor além de

não ter acesso a todos os direitos trabalhistas dos concursados, não poderão trabalhar com iniciação científica e nem extensão, precarizando a formação no ensino superior público. Ainda está por ser aprovado uma nova forma de contratar professores, através de organizações sociais, mais uma forma de precarizar o trabalho e a formação na universidade pública.

Outra política de privatização não explícita são as terceirizações. É uma política comum tanto para escolas, como para as universidades. Os serviços de alimentação, segurança e limpeza são feitos por contratação de empresas privadas, não são mais garantidos por concurso público, ou seja, os trabalhadores que fazem esses serviços não são responsabilidade do estado. Não raro esses sujeitos recebem menos que um salário mínimo, recebem seu salário atrasado, não tem direito a férias, ou seja, diversos direitos trabalhistas são burlados. Esses serviços são essenciais para a manutenção das instituições, porque passar essa responsabilidade para o setor privado? Essa foi uma grande estratégia de além de retirar a responsabilidade do estado e gerar lucro pra uma empresa explorar mão de obra por um preço mais barato, de desmobilizar as greves que esses trabalhadores faziam nas instituições. Imaginemos os seguranças de uma escola e/ou universidade em greve, eles tinham as chaves dos portões e ninguém entrava. Imaginemos o setor de limpeza em greve, seria o caos não seria?! Ou o setor de alimentação, se não nos alimentamos não tem jeito de nos concentrarmos em aula alguma. Esse foi um dos grandes ataques de desmobilizar uma categoria forte.

Pensamos que a privatização se dá somente na cobrança de mensalidade, essa talvez será a última política, pois é a mais evidente forma de privatizar um espaço. Mas além da contratação não ser feita por concurso há ainda as fundações de apoio nas universidades, que fazem a administração das verbas. Com estratégias de precarização intencional e o discurso de que o público é ruim, não funciona, é incompetente. Colocamos uma empresa para gerenciar a verba, todo e qualquer projeto de extensão existente, qualquer obra feita na universidade, qualquer projeto que mexa com dinheiro, passaremos, no caso da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 5% para a fundação dita de apoio. Perguntamos mais uma vez, não seria mais importante termos pessoas formadas na área administrativa, concursadas, que tenham relação direta, sem interesses empresariais, sem interesses lucrativos, para organizar as finanças públicas? Não por acaso as fundações estão sendo analisadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Nas escolas públicas essa política aparece de uma forma preocupante, bancos privados e instituições filantrópicas auxiliam as escolas através de projetos de lógica privatista e meritocrática. Ou seja, a escola deverá ter os projetos indicados, as cartilhas distribuídas para receber financiamento. Um setor empresarial dizendo o que a escola deve fazer e como deve formar seus estudantes.

A meritocracia é um dos principais ataques ao setor educacional. A educação vista como uma mercadoria, a lógica empresarial entrando cada vez com mais força. É uma política de bônus ao invés de acréscimo no salário, padronização das aulas e apostilas e números, números e números. Alguém está preocupado com a qualidade social da educação? Somente com o número de ingressantes no ensino superior, somente com o número de matriculados no ensino fundamental e médio, somente com o número de aprovações, não por acaso 20% da população no Brasil é analfabeta funcional¹⁹. E para completar o quadro do horror há um ranqueamento das escolas e dos profissionais. A lógica de que um deve ser melhor que o outro, a lógica do esforço individual, a lógica de que todos somos iguais e temos mesmas condições para disputar. Professores disputando conseguirão se organizar para defender seus direitos?

Os trabalhadores da educação tem vivido um processo enorme de intensificação do trabalho, por conta de um salário de envergonhar, há necessidade de trabalhar 40h, 60h para conseguir reproduzir sua vida e de sua família. Além dessas horas formais, sabemos que o trabalho docente não inicia e termina em sala de aula, as horas que seriam destinadas a planejamento das aulas não são cumpridas em todas as instituições, as avaliações são feitas em casa e não em período letivo. Há uma jornada ampliada de trabalho não remunerada. Além dos desvio de função, para dar conta de professores em licença ou algum professor que falte aula, não raro vemos professores de geografia dando aula de história, professor de história dando aula de sociologia, etc.

Todos esses ataques irão influenciar diretamente na qualidade do ensino tanto na escola básica, como na universidade. Como pode uma instituição que sofre ataques diretos, que não tem financiamento suficiente, garantir qualidade administrativa para que seus trabalhadores possam fazer bem o seu trabalho? Como exigir de professores, principalmente na escola básica, que deem uma aula boa, se não são bem remunerados,

¹⁹ <http://ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/25072002pidoso.shtm> - acessado em 01 de outubro de 2014.

se vivem a intensificação do trabalho, que sofrem assédio moral por parte da direção e do estado?

Não contente com os problemas da formação, o governo além dos ataques diretos aos trabalhadores, a estrutura física das instituições, cria políticas de formação voltada para o trabalho precário. O RS é pioneiro na política do Politécnico, os estudantes de ensino médio estão passando por uma reformulação dos seus currículos, tendo sua formação voltada para trabalhos precários, mal remunerados, deixando claro que o estudante da escola básica terá ainda menos chance de entrar no ensino superior, e a grande maioria que concluir a escola básica irá direto para o mercado de trabalho de serviços simples e com pouco uso do intelecto, ou pior, para tornar-se exército de reserva - um jovem desempregado.

O governo expande o ensino superior através do ensino à distância (EAD), que sabemos que é uma forma de precarizar ainda mais a formação desse sujeito, pois tem uma relação interpessoal ao não ter contato com seus colegas e professores. Dificilmente faz sínteses coletivas através de desacordos e debates, mas apreende o conteúdo através de apostilas, textos que são tidos como verdade absoluta – o pensamento único. Conteúdos que devem ser gravados e reproduzidos. Que tipo de trabalhadores esperamos que se forme em EAD? Qual sua capacidade de questionar, de pensar, de produzir conhecimento? Mais uma vez cortamos essa potencialidade e ainda tiramos esse estudante da convivência com outros estudantes e dificultamos, pode-se dizer que praticamente impossibilitamos que esses sujeitos se organizem e façam movimento estudantil.

Os cursos tecnológicos estão cada vez sendo mais incentivados através do PRONATEC. Uma parceria do governo com o sistema S, uma das maiores empresas privadas de formação de trabalhadores técnicos. Dividimos os saberes técnicos, dos saberes filosóficos, sociológicos, históricos. Aprender a fazer, aprender a ser, aprender a aprender e não aprender a pensar, aprender a questionar, aprender a produzir conhecimento, ser autônomo. O ser humano que deve somente saber fazer um trabalho específico. Essa está sendo uma das grandes sacadas do governo, publicitar números de acesso ao ensino superior, ao ensino tecnológico, ao ensino básico. Qualidade total para o sistema capitalista, qualidade zero para os trabalhadores.

Considerações finais

Percebemos que os ataques são político-econômicos, retirando do estado responsabilidades fundamentais e passando para o setor privado; retirando direitos dos trabalhadores e colocando a lógica meritocrática, empresarial dentro das instituições públicas dificultando a reação e organização desses trabalhadores; precarizando a formação desses sujeitos que não terão acesso aos conhecimentos produzidos historicamente pela humanidade. Esses ataques são um todo articulado que passa desde o ensino básico, tecnológico à superior, ataques aos estudantes e aos trabalhadores da educação. Ataque a estrutura física das escolas e universidades.

Construímos no ano de 2014 o Encontro Nacional de Educação (ENE) que foi realizado de 8 a 10 de agosto no Rio de Janeiro – RJ que discutiu a conjuntura da educação e nos grupos de estudos debateu sete eixos: democracia; financiamento; avaliação e meritocracia; transporte e passe livre; privatização, mercantilização; precarização das condições de trabalho e formação; acesso e permanência. Podemos afirmar que está em curso uma mudança no caráter da educação pública, mas que através deste encontro destacamos um grande avanço e um marco histórico para a rearticulação e reorganização dos trabalhadores em educação e estudantes de todo o país, por fora dos espaços governistas, garantindo autonomia e independência para o debate e encaminhamento da política.

Precisamos não só lutar por mais investimento na educação pública, como questionar o que ela está se tornando, pois até mesmo pela educação pública o setor privado arrecada. A bandeira deve ser muito maior que reivindicar 10% do PIB pra educação pública.

O ano de 2013 foi o marco das lutas sociais e o ano de 2014 foi o marco para cair por terra o discurso de que com grandes megaeventos esportivos o Brasil estaria se desenvolvendo, os principais legados foram mais de 200 mil pessoas expulsas de suas casas e comunidades e 2 bilhões em investimento bélico, além da tramitação de lei anti terrorismo que criminaliza os lutadores desse país. O ano de 2013 foi o marco do “ninguém me representa” e o ano de 2014 foi um marco para as eleições brasileiras, uma disputa entre o conservadorismo do PSDB e o conservadorismo transmutado do PT.

Temos a certeza de que a mudança está nas mãos dos trabalhadores que constroem esse país diariamente. Dos estudantes que estão sendo forjados e moldados pelos valores burgueses nas escolas e universidades. E não temos dúvida que a luta por uma educação de qualidade se dá por dentro e por fora da escola, com a articulação de professores e estudantes e de organizações de luta que direcionem essa revolta para a transformação radical dessa sociedade, rumo a construção do projeto socialista, onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres (LUXEMBURGO).

REFERÊNCIAS:

FRIGOTTO, G. **Qualidade e quantidade da educação básica no Brasil: concepções e materialidades.** s/n

IASI, Mauro. Educação, consciência de classe e estratégia revolucionária. **Universidade e Sociedade**, Brasília, ano XXI, n.48, p.122-130, jul.2011.

MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista.** São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2005

SCHEINVAR, Estela; Lemos, Flávia C. S. Os direitos da criança e do adolescente: o caminho da judicialização. **Universidade e Sociedade**, Brasília, ano XXI, n.50, p.72-81, jun. 2012.

FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Átila Oliveira²⁰

André Miranda²¹

Caroline Roque²²

Com este texto, objetivamos através de um breve histórico da pauta de formação em educação física no movimento estudantil de educação física (MEEF), delinear a importância desse debate para o movimento e trazer as perspectivas que os estudantes organizados no MEEF vem apontando a partir das experiências de luta nas escolas. Logo, estas linhas buscam expressar uma síntese do amadurecimento e acúmulo a que o MEEF conseguiu chegar.

Desde a década de 70 os problemas dos cursos de educação física vem sendo debatidos, debates que possibilitaram ao movimento construir suas posições, ações e propostas no que tange à formação. Se na década de 80 a centralidade das discussões se dava principalmente acerca das diferentes concepções de educação física e objetos de estudo da área, a partir da década de 90 esses debates de fundo passam a se expressar de forma material, na discussão sobre a fragmentação da área, algo possível, desde o fim dos anos 80 e que tomam proporção principalmente a partir de 1998 com a regulamentação da profissão e criação do Conselho Nacional e dos Conselhos Regionais de Educação Física (CONFED/CREF's).

Os sentidos da fragmentação na educação física não estão desvinculados do contexto geral da educação, do “para que” estamos sendo formados. Partimos do conceito desenvolvido por Marini (2005) e outros intelectuais que já no pós anos 50 caracterizavam o Brasil enquanto um país de capitalismo dependente, apontando a partir disso todos os desdobramentos que decorrem dessa caracterização. Enquanto país responsável no contexto mundial pela produção de bens primários, não industrializados, nos cabe à reflexão de que papel cumpre a educação. Certamente, não é o de produção genuína, autônoma e inovadora de conhecimento, ciência e tecnologia de ponta. Segundo as próprias diretrizes dos organismos mundiais, “Nações situadas na classe de renda

²⁰ Estudante de educação física da UEPA. Coordenação nacional ExNEEF (Gestão 2013-2014)

²¹ Estudante de educação física da UFPA. Coordenação nacional ExNEEF (Gestão 2013-2014)

²² Estudante de educação física da UFSM. Coordenação nacional ExNEEF (Gestão 2013-2014)

baixa ou médio-baixa [...] devem se limitar a desenvolver a capacidade para acessar e assimilar novos conhecimentos” (BANCO MUNDIAL apud Leher, 2011).

Esse delineamento feito pelos organismos multilaterais (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, UNESCO, etc.) assume grande importância para nós, uma vez que permite, ao mesmo tempo, botar em questão a autonomia do país para pensar sua educação e dar luz à análise das políticas educacionais que vem sendo implementadas, principalmente no ensino superior.

Nesse sentido, compreendemos que os direcionamentos da política para a universidade se dão no sentido de responder os anseios de tais organismos: a formação (de forma mais aligeirada possível) de grande número de trabalhadores e, em alguns casos, a inovação da tecnologia advinda de outros países. Nesse bojo, estabelecemos relação com as medidas da (Contra) – Reforma Universitária, em andamento desde o início dos anos 2000. Debater a formação, exige que olhemos para um cenário de implementação da Lei de Inovação tecnológica (LIT), para às Parcerias público privadas (PPPs), expansão do ensino à distância e criação da Universidade aberta do Brasil (UAB), para a expansão das IFES via REUNI e tantas outras medidas englobadas na reforma universitária iniciada no governo Lula (PT).

São medidas que acentuam a lógica de mercadorização da educação anunciada pela Organização mundial do comércio, que a partir de 1998 coloca a educação no rol de serviços. Agravam também a precarização, tanto do processo de ensino-aprendizagem por via da insuficiência cada vez maior de infraestrutura, quanto das condições de trabalho docente e dos técnicos-administrativos, que são obrigados a pensar numa organização pedagógica pra atender a turmas lotadas por conta da entrada indiscriminada de estudantes via REUNI sem qualquer avanço na infraestrutura da universidade.

Na educação física, não enfrentamos realidade diferente do que se expressa na universidade como um todo. Os problemas apontados cotidianamente nos cursos de formação extrapolam o âmbito curricular e pedagógico. De fundo, se mesclam aos problemas advindos desse cenário geral da universidade compondo um quadro bastante problemático, sentido no dia-a-dia pelos estudantes.

No decorrer desses mais de 40 anos de debates no interior do movimento estudantil de educação física, foi formulada junto a intelectuais da área, uma contraproposta que parte das contradições atuais da formação, trazendo apontamentos importantes para uma reflexão sobre a concepção de formação estabelecida hoje, o papel

e o perfil que se espera dos futuros professores, assim como se firma em uma concepção de universidade, que questiona o que temos hoje.

A Licenciatura Ampliada como passou a ser conhecida essa proposta parte ainda da compreensão da totalidade da educação física, na proposição de superar a fragmentação dos conhecimentos materializada nas licenciaturas, bacharelados e tecnólogos, como mostram os princípios centrais da proposta:

- 1) Trabalho pedagógico como base da identidade do profissional de Educação Física
- 2) compromisso social da formação na perspectiva da superação da sociedade de classes e do modo do capital organizar a vida
- 3) sólida e consistente formação teórica
- 4) articulação entre ensino, pesquisa e extensão;
- 5) indissociabilidade entre teoria e prática;
- 6) tratamento coletivo, interdisciplinar e solidário na produção do conhecimento científico;
- 7) articulação entre conhecimentos de formação ampliada, formação específica e aprofundamento temático, a partir de complexos temáticos que assegurem a compreensão radical, de totalidade e de conjunto da realidade, na perspectiva da superação.
- 8) Avaliação em todos os âmbitos e dimensões (estudante, professor, planos e projetos, instituição) permanentemente.
- 9) formação continuada
- 10) respeito à autonomia institucional;
- 11) gestão democrática
- 12) condições objetivas adequadas de trabalho

Não precisamos ir muito à fundo pra perceber que diversas dessas proposições para a formação são conflitantes com os rumos dados atualmente para universidade, compreensão essa que pôde ser comprovada ao longo dos processos de luta e embates pelos currículos nas universidades país a fora. A conclusão primeira a que o movimento chegou no último período, caminha nesse sentido: não é possível compreendermos e concentrar esforços unicamente na disputa específica, local pelo currículo sem levar em conta o contexto da universidade, pois são debates que se articulam e se perpassam.

A divisão da educação física foi concretizada a partir da aprovação das diretrizes curriculares nacionais (DCNs) em 2004, que trouxeram problemas ainda maiores do que já existiam na formação. A construção das DCNs parte de determinações maiores, a partir

da aprovação da Lei de diretrizes e bases da educação (LDB), aprovada em 1996 e que orienta a formação e os norteamentos gerais para cada curso de formação superior. Na educação física, foram compostas 3 comissões de especialistas, um processo que se estendeu do fim dos anos 90 até 2004 com a aprovação das atuais DCN's. Para isso, a composição das comissões foram forjadas em um amplo leque de sujeitos, desde representantes do ministério da educação, Colégio Brasileiro de ciências do esporte (CBCE), passando até mesmo pelo sistema CONFEF/CREF, um sistema com interesses privatistas e mercadológicos na área e que teve papel marcante em todo esse processo. A ExNEEF foi convidada a compor também a Comissão que formularia as atuais DCN's mas se retirou ao ver o que estava se forjando: um verdadeiro falso consenso que conciliava os interesses desses vários atores e desconsiderava todo o acúmulo de críticas e proposições construídas pelo MEEF, fóruns e intelectuais críticos da área.

Considerada um verdadeiro retrocesso, as atuais DCN's se assentam na ideia de aquisição de habilidades e competências para o mercado de trabalho, sendo o estudante o responsável por sua formação profissional. Além do rebaixamento e desqualificação, a fragmentação da área legitimada pelas diretrizes impacta nos cursos de graduação, acentuando a divisão entre teoria e prática, a negação de conhecimentos, a especialização precoce da formação.

Ao aprofundar a divisão histórica entre as ciências naturais e sociais na área, a fragmentação também impacta nos sujeitos, polarizando professores e principalmente estudantes, dificultando a esses se identificarem enquanto sujeitos que enfrentam as mesmas dificuldades na universidade e que podem traçar coletivamente respostas a seus problemas. Essa divisão é reforçada através de diversas estratégias, como a data do 1º de setembro criada pelo sistema CONFEF/CREF's como o "Dia do profissional de educação física", negando a identidade enquanto futuros professores de todos que se formam em educação física, independente da modalidade que se formem. Partindo dessa compreensão que a ExNEEF reivindica o dia 15 de outubro, dia do professor, data que inclusive unifica a especificidade da educação física com as demais identidades docentes.

“Educação física é uma só! Formação unificada Já!”

Nos diversos espaços de debates criados pelo conjunto do MEEF nos seus fóruns de discussão, EREEFs, ENEEFs, semanas acadêmicas, possibilitaram ao movimento estudantil de educação física chegar à compreensão de que a fragmentação não

contribuía de nenhuma forma para o avanço da área. Pelo contrário, agravava os problemas já enfrentados pelos professores em formação. Dessa forma, em 2009, a ExNEEF propõe a criação de uma Campanha com a intenção de levar o debate à base dos estudantes.

A Campanha “Educação física é uma só! Formação unificada Já!” surge em um contexto difícil para qualquer movimento. O refluxo das lutas, marcado pela cooptação de lideranças, entidades e movimentos sociais também irá se expressar no movimento estudantil com o afastamento cada vez maior da União Nacional dos Estudantes (UNE) das lutas e seu amoldamento às políticas governamentais. Em 2008, a ExNEEF rompe com a UNE, ao não ver mais na entidade qualquer possibilidade de ser disputada novamente para as lutas e traçando como central para o MEEF a intensificação do trabalho de base e o diálogo com os estudantes. Nesse contexto a Campanha ganha terreno para se ampliar pelo país, chegando a várias escolas de educação física e colocando diversos estudantes em movimento.

Neste ano, a Campanha completa 5 anos de construção, tempo que possibilitou um saldo bastante grande ao movimento. Diversos são os relatos de como essa ferramenta contribuiu com a organização de Diretórios e centros acadêmicos de educação física nos vários estados. Escolas como USP, UFS, UFRJ, UFSM, UFPR, UFRGS, UFRRJ, UEM, UFSC, UFBA, UEFS, UEPA e UFPA conseguiram cada uma a seu modo encampar a pauta, e mobilizar os estudantes em suas localidades para discutir sua formação. Além disso, nesse tempo, a pauta possibilitou tanto a formação de vários estudantes quanto estreitou a relação com outras executivas e movimentos de área, referenciada na luta encampada pelo MEEF. O Fórum nacional de executivas e federações de cursos (FENEX) foi um catalisador dessa aproximação possibilitando ao movimento de área acúmulos coletivo e articulação de pautas.

Percebemos que o maior ganho nesse período não se deu apenas em conquistas pontuais, sem desconsiderar a enorme importância dessas, mas principalmente no movimento, em sua reorganização e na rearticulação de escolas e das regionais reaparecendo focos de resistência que vinha há alguns anos, fora do conjunto de discussões do MEEF.

Mais recentemente, algumas escolas vivenciaram o desdobramento da luta da formação, a partir do qual foi possível ao movimento reavaliar os direcionamentos que estavam sendo dados para essa luta e questionar seus métodos. O fato do acirramento da disputa em algumas universidades ao ponto de estudantes conseguirem compor

Comissões de reformulação curricular trouxe ao MEEF uma nova demanda: conseguir lidar com a realidade da disputa institucional.

De Santa Maria, conseguimos experienciar durante os anos de 2010 a 2012 a participação em uma Comissão paritária, que possibilitou aos estudantes ter o mesmo peso de debate e voz na construção do currículo. Comissão que foi legitimada após intenso processo de luta estudantil, mas que desde seu início sofreu um amplo processo de deslegitimação por parte dos gestores do centro de educação física. A partir desse contexto, o acirramento da luta e intensificação da disputa por outro currículo, o que se vivenciou na UFSM foi um giro grande para a disputa institucional, que colocou ao movimento como prioridade a disputa e convencimento de professores para que a nova proposta que estava sendo construída fosse aprovada.

A centralidade passou a ser a disputa institucional da pauta, e todo o trabalho de base acabava sendo para a legitimação desta disputa, além do que a energia passou a ser concentrada na teorização do novo currículo, desconsiderando toda a materialidade das condições e estrutura da universidade da qual fizemos referência ao longo deste texto. Quando travamos este debate junto ao MEEF, não temos por intenção julgar sujeitos, mesmo que coletivos, mas sim instigar a reflexão acerca da conjuntura que se expande além de nosso movimento de área, que diz respeito ao período de institucionalização de toda e qualquer luta que estamos passando. Partimos dessa experiência para encarar a tarefa de refletir sobre a luta da formação, não negando a participação e construção conjunta a servidores e professores, mas de que forma fazê-la sem desvincular-se da base estudantil, utilizando as vitórias institucionais para impulsionar as lutas, e não o contrário.

Além disso, abre-se desde 2010 um novo cenário no interior dos cursos, com a instituição dos Núcleos docentes estruturantes (NDE). Através dessa medida, institucionaliza-se a negativa de qualquer processo que se pretende amplo, construído por todos os setores da universidade, restringindo o poder de decisão unicamente por “membros do corpo docente do curso, que exerçam liderança acadêmica no âmbito do mesmo, percebida na produção do conhecimento na área [...]” (CONAE, 2010). É reforçada dessa forma, o caráter centralizador da universidade quanto às suas decisões, que no que cabe à formulação dos currículos, com a criação dos NDEs consegue ser

mais anti-democrática ainda do que o sistema de decisão “70:15:15”²³ solidificado durante a ditadura militar e que é utilizado até hoje nas instâncias da universidade, reforçando que os caminhos para as conquistas estudantis tem perpassado a mobilização e organização coletiva.

As lutas de junho de 2013 trouxeram (ou recolocaram) para a universidade um cenário de ampliação das discussões. A academia, muitas vezes “isolada” do contexto social foi inundada pelas pautas da juventude trazidas em junho, pautas como a cultura, o debate de transporte e das opressões. Possibilitaram ainda um maior diálogo entre juventude e trabalhadores, algo que no âmbito da educação se expressou este ano na construção do I Encontro nacional de educação (ENE) e que se firmou enquanto marco de reorganização do movimento educacional.

Nesse sentido, longe de negar as pautas e demandas específicas, cabe a nós enquanto estudantes e movimento estudantil de educação física pensar a formação na área na relação com o mais geral, do contexto da universidade e também como a especificidade desse debate se alimenta e contribui para o debate da educação em um marco geral.

Por fim, reafirmamos a Campanha construída ao longo desses 5 anos enquanto ferramenta de acúmulo, mobilização e luta, possibilitando aos estudantes de educação física a compreensão do debate de formação e vincular tal debate à compreensão da universidade, suas contradições e as lutas em defesa de “uma educação que nos ajude a pensar, e não que nos ensine a obedecer”. Saudações estudantis e como dizemos no conjunto do MEEF, ‘Força na Luta, que a luta é pra vencer!’

Referências

BRASIL, **Resolução 01/2010.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=15712&Itemid=1093

DACEFD, Gestão 2011-2012. **Nota de saída dos estudantes da Comissão de reestruturação do CEFD/UFSM.** Disponível em: <http://dacefdufsm.blogspot.com.br/2012/11/nota-de-saida-dos-estudantes-da.html>

²³ Modelo de votação por proporcionalidade onde os votos tem peso, sendo estes 70% para os docentes, 15% para os técnico-administrativos e 15% para os estudantes.

ExNEEF, Gestão 2011-2012. **Caderno de debates.** Disponível em: [http://www.4shared.com/office/SkT2y-lj/Caderno de Debates ExNEEF 2012.html](http://www.4shared.com/office/SkT2y-lj/Caderno_de_Debates_ExNEEF_2012.html)

LEHER, Roberto. **Educação Superior minimalista: a educação que convém ao capital o capitalismo dependente.** Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/76646742/LEHER-Roberto-Educacao-Superior-minimalista-a-educacao-que-convem-ao-capital-no-capitalismo-dependente>

A EXPLORAÇÃO DO HOMEM PELO HOMEM:

considerações acerca do debate de opressões

Débora Lafaiete²⁴

Julia Leite²⁵

Na história da sociedade de classes o sistema capitalista foi aquele que mais lucrou a partir da opressão e exploração dos trabalhadores. Essa atual sociedade é dividida fundamentalmente em duas classes sociais, a burguesia (minoria), que são os donos dos meios de produção e que se apropria da riqueza do mundo produzida pelo o proletariado (maioria) que a única coisa que tem para vender para os proprietários, e manter sua produção e reprodução da vida, é sua força de trabalho. Foi a partir dessa Lei fundamental identificada por Marx e Engels, que podemos compreender o processo de opressão que ocorre dentro dessa sociedade, para os trabalhadores, de uma forma geral, e das mulheres, dos negros, dos homossexuais, dos índios, deficientes, ciganos entre outros; a necessidade de destacar essas especificidades se trata de analisarmos que os ataques sofridos pela classe dominante não ocorrem de forma homogênea nos indivíduos da sociedade.

Diferentemente das posições revisionistas, podemos identificar que a tendência que se apresenta no desenvolvimento da sociedade dividida em classes é que as mesmas caminham cada vez mais para direções opostas e a exploração dos trabalhadores se intensifiquem ao longo da história, nesse sentido, “cabe destacar que, nos dias de hoje, 1% das famílias detém aproximadamente 46% da riqueza mundial. Por outro lado, a metade mais pobre da população mundial possui uma riqueza inferior à apropriada pelas 85 pessoas mais ricas do mundo” (DIEESE, 2014) ¹. No entanto, esse processo não ocorre automaticamente, mas a verdadeira ciência social econômica/política – desenvolvida por Marx - contribui para a compreensão na essência da opressão sofrida por toda a classe trabalhadora.

O sistema capitalista apresenta crises cíclicas que ocorrem inevitavelmente pelo seu descompasso entre a necessidade de maximização da produção e venda de

²⁴ Estudante de Educação Física – UEFS. Coordenação Regional da ExNEEF (Gestão 2013/2014)

²⁵ Estudante de Educação Física – UFRJ. Coordenação Nacional da ExNEEF (Gestão 2013/2014)

mercadorias para obtenção da maior taxa de lucro à tendencial queda na taxa de lucro pela impossibilidade de consumo pleno e falta de mercado para o capital completar seu ciclo (Nozaki, 2003). Para ocorrer sua sobrevivência o sistema passa por um processo de reestruturação produtiva que vai se materializar em novas formas de organização do trabalho e nas políticas desenvolvidas pelo Estado. Podemos tomar como exemplo a crise da década de 70 (mudança do modelo do Estado de Bem Estar Social, juntamente com o modelo de organização de trabalho mais expressivo na economia o taylorismo/fordismo), onde a reestruturação produtiva pautada na acumulação flexível e as políticas neoliberais reorganizam o cenário no Brasil.

“O grande combate político do neoliberalismo manteve-se na recuperação da economia inflacionária, fundamentalmente a partir do corte dos gastos públicos, desmonte do setor produtivo estatal, privatizações e ataque aos direitos e organização trabalhistas, tais como sindicatos. Portanto, o neoliberalismo caracterizou-se pelo ataque franco aos direitos conquistados pelos trabalhadores, e ao Estado intervencionista/assistencialista.” (Nozaki, 2003 p. 10)

Depois de mais de uma década do governo PT, podemos encontrar a construção dessas políticas neoliberais pelo desenvolvimento de ações referente a educação, saúde, moradia, como a Reforma da Previdência Social, Reforma Universitária, Lei das diretrizes e Bases (LDB), Plano Nacional da Educação (PNE), que, não por mera coincidência, beneficiam a privatização desses setores, quando, pelas parcerias público privadas, retiram dinheiro público para direcionar à investimentos privados.

Podemos destacar que o incremento da forma de acumulação flexível, carregou consigo uma crescente precarização no setor do trabalho de forma prática como, por exemplo, “a terceirização, polivalência (um trabalhador fazendo o trabalho de três), contratação temporária, aumento dos ritmos e da intensidade de trabalho” (Intersindical, 2012). Dados como, 321 mil pessoas morrendo a cada ano por acidentes de trabalho, 160 milhões de que pessoas sofrem de doenças não letais relacionadas com o trabalho e cada 317 milhões de acidentes de trabalho não mortais ocorrem a cada ano ², sem falar nos trabalhos análogo ao escravo que encontramos espalhados pelo Brasil a fim de atender o lucro dos grandes proprietários, contribuem para reafirmarmos a contradição existente entre capital e trabalho e a opressão sofrida pelos trabalhadores acarretada pela exploração do homem pelo homem. Nos articulando a isso podemos defender que o debate de opressão deve ser perpassado constantemente pelo caráter classista da sociedade, visto que é a base econômica que estrutura, em última instância, as condições

de opressões realizadas ao longo da “pré-história” da humanidade, de uma classe sobre a outra, refletindo assim na organização superestrutural.

A opressão da classe trabalhadora se reflete de alguns modos específicos na sociedade, entretanto a ideologia da classe dominante, na tentativa de falsear a verdade se ancorando em bases materiais, tentam esconder a objetividade da opressão, assim como caracteriza Marx e Engels (1845 – 1846) “As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante”. O conhecimento do senso comum é carregado desses valores e, nesse sentido, a concepção aparente da sociedade não nos permite compreender o racismo, o preconceito, o machismo, homofobia, entre outras coisas, como questões historicamente construídas, socialmente determinadas e que são passíveis de mudança. A naturalização da forma como os seres humanos produzem e reproduzem a vida é problemática na medida que identificamos a opressão que as mulheres, os negros, os indígenas, os homossexuais, sofrem cotidianamente, seja no momento em que vende sua força de trabalho, seja na relação amorosa, como um processo destrutivo na formação dos seres humanos.

Com efeito, podemos identificar que, comparativamente, há cerca de 50% de mulheres empregadas ou à procura de emprego enquanto que para os homens esse percentual aumenta para 73%, além disso, dentre essas que estão inseridas no mercado de trabalho o seu rendimento é cerca de 70% do rendimento masculino, apresentando diferenças também nos cargos que ocupam, pois de acordo com dados do IBGE, o acesso a cargos de direção de pessoas de 25 anos ficou de 5% para as mulheres e 6,4% para os homens. Esses dados nos ajudam a identificar a opressão imposta à mulher no que se refere a desigualdades de caráter sexista e, para as mulheres negras a situação ainda chega a piorar, pois a média mensal da renda chega a ser de R\$ 279,70 em comparativo com a mulher branca de R\$ 554, 60, que, em contraposição com o recorte racista, o homem negro chega a ganhar menos que a mulher branca, cerca de R\$ 428, 30, enquanto que o indivíduo que é homem e branco tem o rendimento mensal acima de todos os outros, cerca de R\$ 931, 10.

Destarte, precisamos compreender os elementos que perpassam a opressão objetiva da classe trabalhadora como um todo, para apontarmos possibilidades de pensar

outra forma de relação que mais se aproxima com a formação humana que defendemos a partir do projeto histórico de sociedade.

As lutas contra as opressões devem ocorrer desde já, mas articulada, fundamentalmente, com o recorte de classista, pois já compreendemos que o processo de opressão ocorre a partir da relação da base econômica e da superestrutura da sociedade, que, em última instância, é a forma de produzir e reproduzir a vida (o trabalho) que vai determinar como a opressão vai refletir os indivíduos em suas especificidades. Então, falar de opressões é compreender como a classe trabalhadora vem sendo explorada historicamente e quais as possibilidades de alcançarmos uma liberdade plena em uma sociedade sem classes sociais.

A opressão da mulher

As sociedades primitivas sofreram transformações ao longo do tempo no que diz respeito às relações sociais, de trabalho e até mesmo de forma e dinâmica. Essas se organizavam em grandes famílias, tribos, clãs ou gens, que tinham em comum laços consanguíneos. Todos os membros eram filhos daquela tribo, e só importava o reconhecimento da mãe, essa é a chamada família matriarcal. Homens e mulheres desempenhavam diferentes papéis dentro da tribo, e não havia distinção sobre importância ou valorização do trabalho. Em um dado momento as técnicas de agricultura e agropecuária começaram a ser desenvolvidas, substituindo assim, a coleta e a caça. Isso fez com que os membros das tribos se fixassem à terra, deixando de lado a vida nômade. A partir daí, inicia-se o surgimento da propriedade privada, por exemplo: o rebanho que antes era da tribo, passa a ser de um pequeno grupo, dentro desta. Em torno da propriedade privada que agora é um “bem”, a valorização do trabalho de quem cuida dessa propriedade torna-se maior do que outras funções coletivas. No geral, a mulher ficava a frente da coleta e os homens da caça, logo, o homem acaba ficando a frente de cuidar do rebanho. Isso faz com que ele passe a ser o provedor da casa, tendo a sua função mais importante, e isso define a passagem da família matriarcal para o patriarcado.

A propriedade privada sendo um “bem”, como já foi descrito anteriormente, permite que esse bem seja passado para os seus em caso de falecimento, surge então o direito de herança, e que também só é possível em uma concepção de família diferente, onde os

filhos deixam de ser da tribo e são identificados os pais específicos e ocorre uma reestruturação formando a família nuclear e monogâmica (pai, mãe e filhos).

Desaparece então o direito materno, a mulher fica com responsabilidades domésticas e educação dos filhos e, não sendo provedora do sustento daquele núcleo familiar, suas funções são desvalorizadas e começa a surgir a opressão que vemos e que se materializa de diversas formas até hoje.

Após apontarmos os fatos históricos que nos mostram o motivo dessas opressões ocorrerem, foram criados diversos “mitos” para que essas argumentações se sustentem até os dias atuais, afim de atender os interesses de uma determinada classe, que obviamente não é a classe trabalhadora e sim a classe dominante. Como, por exemplo, a construção social a que nos foi imposta sobre a mulher ser frágil, sensível e o conceito de feminilidade.

Freud desenvolveu, a partir do Complexo de Édipo uma teoria que define os traços dos indivíduos principalmente no que se refere a esfera sexual, e que ocorre de formas diferentes entre homens e mulheres.

Durante a infância a criança constrói relações de amor e ódio com seus progenitores, que passam a existir, devido às formas de educação e proibições a que são colocadas. No menino constitui-se uma relação objetal para com a mãe, que o faz querer tomá-la para si e vê o pai como um inimigo, alguém que está entre essa relação, porém ao longo do crescimento do menino, desenvolve-se uma relação de identificação com o pai, e que se dá também pela maturação do seu órgão sexual, em que Freud caracteriza como “falo”.

Freud coloca que o menino supera essa situação melhor por obter o “falo” e isto ser associado ao poder, já a menina que desenvolve por sua vez uma mesma relação, porém com o pai, sente inveja e acaba sendo inferiorizada por não ter o “falo”, o tal objeto de poder.

Esse tipo de teoria desenvolvida pela psicanálise, por muito tempo sustentou mitos de inferioridade da mulher, para atender a um ideal político construído socialmente para atender aos interesses da sociedade capitalista.

Em sociedades primitivas dos continentes asiático e africano, foram encontradas tribos em que os tanto homens quanto mulheres eram criados para serem indivíduos mais sensíveis, afetuosos e receptivos, o que fez com que sofressem muitos ataques de outras tribos e dessa forma foram aprisionados e dizimados. Já uma outra tribo pesquisada, educava ambos os sexos para o combate, estimulava a brutalidade, afim de que

pudessem se defender e avançar em expansão territorial, dominando e acabando com outras tribos se necessário. Contudo, em uma terceira tribo pesquisada, foi possível descobrir que homens e mulheres desempenhavam papéis diferentes, e inversos da lógica dominante. As mulheres faziam instrumentos para caça e combate, ficavam também com a tarefa de caçar e pescar, não usavam enfeites e mantinham as cabeças raspadas, já os homens ficavam com a educação das crianças, a coleta e a confecção de pequenos utensílios domésticos, além de se enfeitarem, desenvolverem as artes e a dança, para seduzir as mulheres da tribo.

Isso nos mostra que essas teorias e suposições sobre as diferenças entre os sexos, que vem para colocar determinado gênero numa posição de inferioridade e submissão, são construções para definir padrões sociais que sejam aceitáveis para aqueles que se beneficiam e com isso perpetuam e prezam pela manutenção do sistema em que vivemos, o sistema capitalista.

Através da opressão é possível, alienar, amedrontar e obter o que se pretende sem grandes custos, e sem que esses tenham o avanço de consciência para se rebelarem e conseguir entender a condição de exploração a qual são colocados.

A realidade da mulher na sociedade capitalista é de sobrevivência. Diante de uma exploração trabalhista que não se enquadra mais em uma dupla jornada, mas sim numa tripla. Onde a mulher trabalha fora, cuida dos filhos e da casa. Primeiramente é necessário apontar que viver uma tripla jornada de trabalho não permite tempo para se dedicar a vida intelectual e conscientizar-se de seu papel na sociedade e dela como um todo. E em segundo lugar é preciso lembrar que prender alguém a esfera doméstica é uma forma de afastar esse indivíduo da vida política, dividindo a classe trabalhadora, colocando um contra o outro e assim fragmentar as lutas e enfraquecer o movimento.

As mulheres enfrentam problemas e lutam por pautas específicas como, por exemplo, salários iguais por trabalhos iguais: homens e mulheres desempenhando as mesmas funções, e ainda hoje as mulheres recebem menos, pois diversos setores ainda sustentam a argumentação de que o salário da mulher é uma renda complementar a do homem, negando a independência das mesmas e as condições objetivas de inúmeras mulheres que são chefes de família; mais creches públicas: a educação pública e de qualidade é um direito da população, e no segmento da educação infantil, o que vemos é uma oferta muito pequena de creches e escolas com esses segmentos de caráter público, o que torna difícil que as mães possam colocar seus filhos estudando desde cedo, o que garante a mãe tranquilidade no trabalho ao saber que a criança está num ambiente

adequado e não sozinha e sem cuidados. Isso é uma política também nas universidades públicas no nosso país, já que sabemos quantas estudantes são abandonadas por seus parceiros, famílias e pelo próprio Estado que a culpa pela gravidez e tem todas as formas de assistência cortadas e negadas; direito ao aborto: dirimir sobre o aborto deve ser um direito das mulheres de decidirem sobre o seu próprio corpo, existem diversas situações que podem levar uma mulher vir a interromper uma gravidez, a gravidez proveniente de um estupro é uma dessas situações, e o Estado ao invés de criar políticas e leis que garantam a não violação do corpo, pelo contrário, as colocam como criminosas ao decidirem por um aborto. A criminalização do aborto não impede que ele seja feito, o que faz é colocar a vida de mulheres em risco, quando essas procuram clínicas clandestinas e acabam morrendo em mesas de cirurgia, ou até mesmo usando seus próprios métodos e atentando contra a própria vida.

O direito a sua sexualidade é negado desde a infância, e seu corpo é posto no mercado como um objeto. O sistema capitalista cria condições de exploração sub-humanas, maior ainda em países subdesenvolvidos, em que meninas, adolescentes e mulheres são jogadas na prostituição como única alternativa, em tempos de megaeventos essa exploração sexual só aumenta e o que vemos é um país onde a primeira mulher presidenta se diz em defesa dos direitos das mulheres, mas a realidade mostra que sua política é em defesa dos interesses da burguesia e dos grandes empresários, em conluio com todos os setores reacionários ligados a Igreja, golpeando os direitos democráticos ligados as mulheres.

Por isso, é necessário que a classe trabalhadora se some as lutas e bandeiras específicas das mulheres, por entender que essas também são, em sua maioria inclusive, a classe trabalhadora, e que só unidos superaremos o sistema capitalista e dessa forma o fim das opressões numa sociedade mais justa e igualitária, uma sociedade socialista.

OPRESSÃO DO POVO NEGRO

Podemos ver claramente que a configuração do capitalismo a nível mundial, as disputas entre a burguesia e a necessidade de se expandir o comércio mundialmente, mostram que não há possibilidade dos trabalhadores negros alcançarem em sua totalidade, a libertação da exploração e opressão em meio ao sistema em que vivemos.

A principal fonte de riqueza (acumulação de capital) do país veio por meio da mão de obra escravocrata, dessa forma os lucros foram aumentados através de um trabalho compulsório de uma parte da população.

Para legitimar esse processo criou-se toda uma estrutura ideológica que trata o negro como um ser inferior e predestinado ao trabalho escravo, ou seja, foi forjada uma concepção racista na raiz da formação social desse país e que, se expressa até hoje nas relações sociais afim de desfigurar o sujeito negro brasileiro. Como exemplo temos a teoria darwinista social, mostrando o papel que a ciência cumpriu ao justificar a escravidão dos negros.

Entendendo que a produção de conhecimento não é neutra, e mostra as disputas da sociedade dividida em classes, a ciência nesse caso, serviu para a criação de um arcabouço de ideais, ao comparar os traços craniais de negros e brancos, para fundamentar uma suposta inferioridade racial.

Outro determinante que justifica a situação da população negra e o processo de favelização, se dá em torno da liberdade dos negros desacompanhada do trabalho assalariado, com a justificativa de que não são mão de obra qualificada e a criação de estigmas racistas como “negro é preguiçoso” , “ negro não gosta de trabalhar”, entre outros.

As formações de favelas em São Paulo e Rio de Janeiro, mostram o resultado das políticas de higienização urbana aumentadas pelo êxodo rural , que de fundo cumpre o papel de “limpar” os locais de contingentes humanos que não correspondiam ao ideal que se vislumbrava para o progresso do país.

O último país a abolir o sistema escravista foi o Brasil, em 1888. E foram vários os fatores que influenciaram a abolição da escravatura. Por volta de 1800, muitos simpatizantes do movimento político abolicionista e republicanos achavam que se daria após a abolição do sistema escravocrata. E que ter uma classe proletária como no modelo europeu, era fundamental para o processo de industrialização e consequentemente para o desenvolvimento econômico do país.

O tráfico de escravos torna-se ilegal em 1850 com a lei Eusébio de Queiroz, e o preço desses passam a ser muito altos para pequenos e médios fazendeiros, fazendo com que a escravidão negreira se tornasse muito dispendiosa. Posteriormente, com a assinatura da Lei Áurea, a política econômica consiste na vinda de imigrantes para o país. Logo, pós abolição a ideologia colocada no Brasil era a necessidade de se ter um

proletariado europeu, fugindo da imagem do Brasil Colônia. E assim o progresso permeava pelo embranquecimento da população hegemonicamente negra.

Para que esse processo de embranquecimento da nação ocorresse, era necessário também acabar com o sujeito negro de forma individual e culturalmente, criminalizando e perseguindo a capoeira, seus praticantes e as religiões afrodescendentes.

Com relação a assegurar direitos e políticas para o povo negro, e durante o governo de Lula-Dilma-PT e que vemos isso acontecer de forma mais concreta. Contudo, vemos essas políticas como forma de ludibriar a população, são pequenas medidas que não podem ser sequer caracterizadas como reformas (bolsa família, bolsa escola, lei de incentivo a história e cultura negra nas escolar, etc.), são migalhas distribuídas para conter o assenso das massas que não tem qualquer objetivo de modificar a realidade da classe mais oprimida nesse sistema, a classe trabalhadora, onde negro e ainda mais explorado. Ou seja, não há intenção de transformação da sociedade, e sim maquiagem algumas áreas sociais e que o Estado continue atendendo aos interesses do capital e grandes empresários.

O que vemos é que muitas das lutas do movimento negro, se dão em torno da juventude negra, suas mobilizações acabam se dando muito dentro do movimento estudantil, dentro das universidades. Em períodos de grandes especulações em torno do capital, como a vinda dos megaeventos esportivos, que trazem consigo inúmeras contradições que, ficam evidentes durante um intenso período de retirada de direitos da população. Se faz necessária então, a garantia de políticas específicas para os negros e pobres nas universidades, não só políticas de acesso mas também de permanência. E podemos ir mais além, com diferentes ações de combate ao racismo nas instituições de ensino superior, disciplinas específicas sobre esse tipo de preconceito, grupos de pesquisa e extensão que resgatem a história do negro no país e que contribuam para diminuir e acabar com o racismo na sociedade, e que estas medidas estejam atreladas a um projeto maior de Reparação Histórica ao povo negro.

Do ponto de vista estratégico, somente com o fim do capitalismo terá fim definitivamente o racismo e toda forma de exploração do homem pelo homem. Para isso é fundamental ganhar o conjunto da classe trabalhadora para incorporar em suas lutas as bandeiras contra o racismo e as divisões que a burguesia introduziu no interior da classe trabalhadora. A luta pela libertação real do povo negro é parte fundamental da luta da classe trabalhadora contra a exploração capitalista. Assim, o racismo deve ser considerado um problema a ser discutido e enfrentado por todos os trabalhadores no

sentido de unificar a nossa classe, com as suas características e diversidades, contra a burguesia que também tem negros em seu meio. O fato de entendermos que só o socialismo vai acabar com o racismo não significa dizer que somos contra as lutas imediatas, pelo contrário, devemos participar e impulsionar todas as lutas imediatas em defesa dos direitos dos trabalhadores negros e negras. As lutas por mudanças mínimas e conquistas são fundamentais, mesmo dentro do capitalismo, e devem caminhar no sentido de enfrentar o racismo e incorporar a população negra a condições dignas de vida. No entanto, são lutas paliativas, que ainda não são a saída para os problemas que os negros e outros setores oprimidos da nossa sociedade enfrentam.

O HISTÓRICO DE OPRESSÃO AOS LGBT'S E SUAS LUTAS POR DIREITOS.

Os estigmas que envolvem a sexualidade e alimentam a homofobia se dão por uma construção histórica ligada aos valores morais da classe dominante e suas características de relação. Justificando-se como uma estável ordem natural, e principalmente divina, essa construção se deu na limitação da sexualidade em padrão normativo heterossexual e na marginalização de padrões que dele fugissem.

A partir das reivindicações pelo livre manifesto e pela ampla representatividade sexual em meio a sociedade, buscando contestar o padrão e combater o preconceito e a marginalização (opressões) impostas, foi iniciado um processo que tem por essência a “desconstrução” das errôneas construções trazidas com as influências fundamentalistas e religiosas.

Ao fazermos um resgate histórico, vemos que o amor entre iguais era comum, e sendo assim o conceito de homossexualidade não existia. A Grécia e a Roma antiga a homossexualidade era vivida livremente, era completamente normal, homens mais velhos terem relações com homens mais jovens. Na educação da sociedade ateniense, os adolescentes deveriam aceitar a amizade e os laços de amor com homens mais velhos, pois dessa forma seria possível que absorvessem suas virtudes e seus conhecimentos de filosofia. Inclusive o grande filósofo Sócrates era adepto do amor homossexual, e o amor heterossexual servia apenas para a procriação.

Não é nada difícil perceber que, na Antiguidade, o sexo não tinha como objetivo exclusivo a procriação. Isso começou a mudar, porém, com o surgimento do cristianismo.

A Igreja Católica passou por diversas crises, entre elas a Reforma Luterana e o nascimento do protestantismo, o humanismo renascentista que trouxe valores clássicos, o amor entre homens volta à tona.

Até a peste negra esteve envolvida nos "mitos" que rondavam a homossexualidade. Como a causa da doença era desconhecida, a especulação ultrapassava os limites da saúde pública e alcançava os costumes. O "pecado" em que viviam os homens passou a ser apontado com a causa dela e de diversas outras catástrofes, como a fome e as guerras. Judeus e sodomitas tornaram-se a causa dos males da sociedade. O que resultou na erradicação desses grupos. As medidas tomadas foram, a proibição em 1432 da sodomia em Florença, com inúmeros perseguidos, incriminados e condenados.

Em outros países da Europa a sodomia também foi criminalizada e inúmeras pessoas foram enforcadas. Na Inglaterra por exemplo, em 1861, o país aboliu a pena de morte para atos sodomia, que foi substituída por uma pena de dez anos de trabalho forçado.

Isso nos mostra como a religião sempre esteve ligada diretamente ao que é aceito socialmente ou não, nos mostrando um dos diferentes aparelhos ideológicos do Estado, porém não é só esse fator que sustenta as opressões.

Posteriormente, a ciência começou a tratar a homossexualidade como "homossexualismo, uma doença congênita e hereditária, resultante de anormalidade genética associada a problemas mentais na família. A teoria, junto das ideias emergentes sobre pureza racial e eugenismo nos anos de 1930, torna fácil entender porque a lobotomia (uma intervenção cirúrgica no cérebro em que são seccionadas as vias que ligam os lobos frontais ao tálamo e outras vias frontais associadas, era usada para tratamentos de esquizofrenia no passado, e foi considerada uma técnica bárbara) foi indicada para os homossexuais.

Mas é apenas em 1979 que a Associação Americana de Psiquiatria finalmente retira a homossexualidade de sua lista oficial de doenças. Na mesma época, o surgimento da AIDS teve resultado ambíguo para os homossexuais. Embora tenha ressuscitado o preconceito, já que a doença, a principio, foi associada aos gays, também fez com que muitos deles se mostrassem, sem medo de julgamentos, reivindicando seus direitos. Durante os anos 80 e 90, a maioria dos países desenvolvidos descriminalizaram a homossexualidade. Em 2004, o Supremo Tribunal dos Estados Unidos invalidou todas as leis estaduais que ainda proibiam a sodomia.

A crise sistêmica pelo qual passa o capital, coloca na ordem do dia, conflitos que extrapolam a disputa ideológica que o sistema utiliza. É um processo mundial e que xenófobos, racistas, homofóbicos passam a praticar todo o tipo de violência contra imigrantes/migrantes, negros, ciganos e homossexuais.

Em uma situação de estabilidade plena do sistema esses conflitos permanecem adormecidos, mas o momento político e econômico mundial, coloca em movimento as forças mais reacionárias da sociedade. Toda essa violência conta com o apoio direto do Estado e com a conivência das Instituições do Estado (polícia, judiciário, etc).

Entendemos que a homofobia (ódio, aversão ou descriminalização ao homossexual) é a expressão do conservadorismo que se opõe a tudo que questiona ou que se diferencia das normas estabelecidas pela classe dominante, neste caso, para reafirmar os papéis tradicionais de cada gênero (masculino/feminino), demonstrar a força da Igreja e tentar manter dois dos pilares do modo de produção capitalista, o casamento e a procriação. Um mesmo tipo de opressão, assume múltiplas faces no capitalismo, que o recicla e o reinventa ao seu serviço.

Infelizmente, ainda não vemos nenhuma forma de punição eficaz aos crimes de homofobia, pois o próprio Estado não cria mecanismos para garantir o fim dessa violência.

O diálogo sobre a sexualidade está diretamente ligado ao esclarecimento sobre os conceitos de sexo biológico e a sua não delimitação na construção da identidade de gênero e orientação sexual.

Por isso que quando pensamos e almejamos uma sociedade socialista, nesse outro sistema temos a garantia da liberdade sexual, onde os direitos a união civil/estável e ao casamento entre pessoas do mesmo sexo estarão assegurados.

No entanto, no sistema capitalista exigimos – além do reconhecimento jurídico da união civil e estável entre pessoas do mesmo sexo- o direito ao casamento, pois sabemos que sob esse sistema as garantias de herança e direito aos bens construídos conjuntamente precisam de tramites legais. A hipocrisia da Igreja Católica deve ser colocada em xeque, pois ao mesmo tempo em que proíbe o casamento homossexual, deixa impune a pedofilia em suas fileiras. A Igreja Evangélica por sua vez, faz campanha contra a homossexualidade mas nada diz sobre a prostituição infantil, a violência contra a mulher, e ao assustador aumento dos casos de estupro nas periferias do país.

O que devemos fazer é, lutar por uma sociedade sem classes, por uma revolução em que a classe trabalhadora seja protagonista deste processo, entendendo que só assim

acabará a opressão de uma classe pela outra e conseqüentemente, de um individuo pelo outro, independente de raça gênero ou opção sexual.

AUTO-ORGANIZAÇÃO

Ao pensarmos em auto-organização e o debate de opressões, devemos entender que temos diversos grupos oprimidos em nossa sociedade e que suas construções sociais são diferenciadas. Ou seja, negros, mulheres e LGBT's possuem diferentes origens na consolidação das opressões desses grupos sociais.

De fato, somente cada grupo sabe o que é sofrer dia a dia esse tipo de preconceito e exploração. E o quanto isso acarreta de ônus para a sociedade, já que após tanta discriminação existe uma grande dificuldade e até mesmo a não inserção de mulheres, negros (as) e LGBT's na lutas e na vida política como um todo.

Nos espaços de auto-organização é possível construir uma identidade coletiva onde esses grupos consigam pensar em alternativas para o combate das opressões. Contudo, as organizações de esquerda de uma forma geral, entendendo a necessidade de estarmos lutando conjuntamente com a classe trabalhadora e enquanto classe trabalhadora, devem criar condições para a conscientização e emancipação, e se a classe trabalhadora possui distintos grupos em sua formação, que se discutam especificamente a opressões que atingem cada um desses. E discutir em nossas organizações de que forma as opressões aparecem nos nossos discursos, teorias e práticas.

Acontece é que dentro da militância de cada organização essas relações de opressão irão aparecer e isso não pode ser individualizado ou naturalizado, levando em conta as contradições que vivemos nessa sociedade, e daí vem a necessidade de reafirmar a necessidade de se criarem fóruns dentro das organizações políticas de trabalhadores e/ou estudantes para debater sobre as opressões.

O conceito de empoderamento é algo que precisa ser estudando, entendendo o mesmo como uma possibilidade de aquisição da emancipação individual e também da consciência coletiva necessária para a superação da dependência social e dominação política. Não numa lógica de inversão de dominação ou privilégios.

Dessa forma, vemos em muitos setores, as divisões de secretarias e direções de mulheres, negros e LGBT's, afim de, garantir o debate e tentar a abarcar a pluralidade que é a classe trabalhadora.

Notas:

[1] Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – O mercado de Trabalho Formal Brasileiro Resultado da Rais 2012.

[2] Intersindical. Na vida do trabalhador: o lucro do patrão. Abril - 2012.

REFERÊNCIAL TEÓRICO:

ENGELS, Frederich A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado. Expressão Popular.

INTERSINDICAL. Na vida do trabalhador: o lucro do patrão. Abril - 2012.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. A ideologia Alemã. Ano, 1845-1846. Editora Boitempo, 2007.

NOZAKI, Hajime Takeuchi. Formação Profissional ou Formação Humana? : Mediações do mundo do trabalho. Curitiba, 2003.

TOLEDO, Cecília. Mulheres: O Gênero nos Une, a Classe nos divide. Editora Sundermann, 2002.

SÓ A LUTA MUDA VIDA, ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES DARÁ RESPOSTAS CONTRA O ESTADO DE EXCEÇÃO FIFA.

Pedro Santos¹

Gustavo Alves²

DA COPA EU ABRO MÃO... QUERO SAÚDE E EDUCAÇÃO!

Nas últimas décadas a política neoliberal vem sendo implementada pelos governos federais. Além das políticas de privatização dos serviços públicos, maior abertura comercial e, conseqüentemente, uma maior dependência do grande capital internacional, há ataques constantes à classe trabalhadora: um processo de intensificação da exploração do trabalho, ampliação do quadro de desemprego estrutural, assim como do aumento das vagas nos subempregos, flexibilização da legislação trabalhista, por fim, os golpes à representatividade da classe trabalhadora. Entretanto, à implementação das políticas neoliberais, ocorre a queda do chamado “socialismo real”, com as experiências socialistas da União Soviética. Esse momento se constitui em um grande golpe nas aspirações da classe trabalhadora, em especial nos segmentos da esquerda, no qual vários partidos e entidades dos trabalhadores passam por um processo de amoldamento à ordem vigente. Ao utilizar-se do discurso do que é possível e não identificar mais uma ruptura radical rumo ao socialismo como horizonte programático e estratégico, esses organismos da classe acabam por legitimar cada vez mais a ordem capitalista. Esse processo alcança o seu ápice com a eleição do Partido dos Trabalhadores, que, forjado nas greves do final dos anos 1970, em uma luta contra a Ditadura, com um horizonte claramente socialista e classista, passa por um grande processo de transformação nos anos 1990, chegando às eleições de 2002, com a vitória de Lula da Silva, articulado a um conjunto de setores reacionários da sociedade brasileira, defendendo o sistema capitalista com unhas e dentes e prometendo a manutenção das políticas econômicas de seu antecessor Fernando Henrique Cardoso do PSDB.

O grande exemplo desse metamorfose do PT foi a cooptação e o aparelhamento da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e União Nacional dos Estudantes (UNE), que participaram de momentos importantes da nossa história na luta pelos direitos dos

trabalhadores e hoje são fantoches defendendo cegamente, quando não participando enquanto autores, das propostas precarizantes e privatizantes do Governo Federal. Essas estruturas que representam hoje a perspectiva adotada pelo governo e os seus segmentos aliados de conciliação e subordinação de classes nas disputas políticas do país vão na contramão dos movimentos sociais e atrapalham a organização política dos mesmos. Em contrapartida, em resposta ao acelerado processo de precarização das condições de vida, vimos ressurgir o movimento de massas em todo o país, especialmente no que denominamos a “Virada Conjuntural de Junho e Julho de 2013”, quando ocorreu no país a Copa das Confederações o “evento teste” dos empresários, das empreiteiras e das políticas repressivas de segurança Estatal para a Copa do Mundo de 2014. Tendo como estopim a questão da mobilidade urbana, a juventude afetada diariamente pelas precarizações e a proletarização da vida lotou as ruas, as ocupou e recobrou, por meio de pautas antissistêmicas, o enfrentamento a um Estado cujas políticas se orientam intimamente pelos interesses dos banqueiros e empresários, enquanto quem paga as contas é a população. Entretanto, em virtude de todo o processo de implementação do neoliberalismo no país, e no mundo, com o crescente afastamento das pessoas dos espaços de organização política, além do papel cumprido pelo PT, no que tange ao arrefecimento dos choques de classe no país, vimos a grande recusa à participação dos partidos, uma consciência entendida como um processo de forma difusa, espontânea, pautada no individualismo exacerbado e na negação da política enquanto real espaço de ação e transformação da sociedade, o que não diminui a revolta das pessoas com os grandes gastos com as obras, entre outros preparativos para os Megaeventos esportivos, enquanto os serviços mais básicos da população se encontravam altamente precarizados.

Sendo assim, o ano de 2013 presenciou a intensificação da ação de massas e nas organizações sociais. Das ruas vinha a palavra de ordem: “Não Vai Ter COPA!”. Sendo assim o ano de 2014 ainda começou nessa mesma ebulição e sentimento.

PREPARATIVOS PARA OS JOGOS

O primeiro grande exemplo de lutas do ano de 2014 foi a greve dos rodoviários de Porto Alegre, que começou no dia 27 de janeiro. A greve dos rodoviários de Porto Alegre durou

15 dias, 12 deles sem nenhum ônibus circulando nas ruas da capital. Em assembleia no último dia 10, a categoria recusou a última oferta do sindicato patronal, mas decidiu voltar ao trabalho, com 100% da frota de ônibus nas ruas. Além do grande exemplo que os Garis do Rio de Janeiro deram com sua greve em pleno carnaval carioca. Movimento organizado por fora de um sindicato pelego que não lutava pelas melhorias dos trabalhadores. A greve iniciada no dia 1º de Março durou 8 dias e obteve vitórias. Apesar de todas as atitudes do governo para não negociar e criminalizar o movimento, os atos com cerca de 3 mil pessoas provaram que o movimento era forte. Aumento de quase 40% nos salários e vários outros direitos trabalhistas respeitados.

Em contrapartida, o início do ano também trouxe novos elementos para a crescente criminalização dos movimentos sociais. Sabemos que o Estado não é neutro, mas sim em última instância, serve aos interesses da classe dominante, atuando para garantir a manutenção da ordem vigente, neste caso, a ordem capitalista. Contudo, ele não atua o tempo todo de forma repressiva, mas busca obter o consenso com o conjunto da sociedade, de forma que evite ao máximo possível os confrontos. No entanto, há momentos em que o discurso do Estado e dos demais aparelhos de obtenção desse consenso, como a grande imprensa, ou parte do sistema educacional, que trata da liberdade, da possibilidade de sucesso individual, da recompensa em prol do mérito individual, não possui uma base material que o torne palatável. Isso ocorre quando o grau de precarização da vida chega a tal ponto que os discursos de apaziguamento não surtem mais efeito, como as políticas precárias de segurança, saúde, educação, habitação e mobilidade urbana. Quando toda essa estrutura não se mostra mais tão eficiente, a polícia, o exército, o braço repressor do Estado é utilizado para garantir a ordem capitalista, mesmo que haja algumas pequenas concessões, como a redução do preço da passagem naquele momento. No ato do dia 6 de fevereiro no Rio de Janeiro, o cinegrafista Santiago Ilídio Andrade, 49 anos, é ferido por um fogo de artifício. Teve sua morte confirmada no dia 10 do mesmo mês. Esse fato foi bastante utilizado pela grande mídia para moldar a opinião pública contra as manifestações do Brasil. Lamentamos a morte de qualquer cidadão, mas o debate que deveria ser feito era o de segurança em manifestações públicas, como os aparatos militares usados contra cidadão desarmados, a fatalidade deveria cair sobre a coerção militar da polícia e não dos manifestantes. Ao invés disso o debate passou a ser o quão repressivo deveria ser o Estado contra a população. Essa a onda de violência vem associada a uma poderosa campanha

mediática, comandada pelas principais redes de comunicação, entre elas rede Globo, mestra em promover a distorção de fatos e mentiras. A mesma mídia que apoiou a ditadura, agora apoia a repressão policial para garantir o lucro empresarial dos megaeventos esportivos e para esfriar as ondas crescentes de manifestações do país.

Nesse contexto, a esquerda hegemônica com sua dificuldade histórica em se organizar de forma unificada, optou mais uma vez pela divisão. Partes do movimentos passaram a condenar a violência e atitudes de enfrentamento nos atos, quando o problema é exatamente o debate do remédio e não da doença. Uma consequência vem antes do fator problema. Visto o aumento da repressão protagonizado pela PM, entendemos que precisamos construir formas de nos proteger dos instrumentos de violência da polícia e não culparmos por incidentes.

Com esses elementos postos a presidente Dilma Rousseff e Governo PT (Partido dos Trabalhadores) no dia 5 de Abril coloca o exército brasileiro para ocupar as favelas e as cidades sedes da Copa do Mundo FIFA, como ocorreu nas favelas do Rio de Janeiro, aonde já vinha sendo implementado a UPP (Unidade Pacificadora do Polícia) por Eduardo Paes e Sergio Cabral. Respectivos: prefeito e governados do Rio de Janeiro, ambos do Partido Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Um país que não vive uma guerra declarada tem seu exército ocupando ruas e reprimindo cidadão como em um Estado de sítio. Crianças sozinhas interrogadas em suas casas, mães colocadas em cárcere privado e ameaçadas em seus lares, jornalistas agredidos a luz do dia em praças públicas, advogados investigados em seu exercício profissional, militantes presos arbitrariamente e a diária criminalização dos movimentos sociais se tornaram rotina.

Em Maio ressurge a força dos movimentos, greve dos Rodoviários no Rio de Janeiro, em São Luís e Florianópolis. E a deflagração e permanência da greve dos Professores do Rio de Janeiro e São Paulo. O dia 15 de Maio foi o dia internacional de lutas, que levou novamente milhões de pessoas as ruas no país inteiro. A um mês dos jogos da Copa o país vivia um novo período de acirramento de reivindicações contra as medidas Federais, Estaduais e Municipais de arrochar as condições de vida e trabalho da população para garantir os lucros empresariais dos jogos.

COPA DO MUNDO FIFA. COPA DAS REMOÇÕES, DOS LUCROS E DAS PRISÕES.

No dia 12 de Junho, ocorre a abertura e primeiro jogo da COPA do mundo FIFA. Sete capitais e o Distrito Federal tiveram atos contra a Copa. Atos ocorreram nos centros das cidades ou nas entradas das “fan fest” que são locais feitos para a população torcer pelas seleções, longe dos estádios. Os números aqui apresentados são de mídias burguesas, logo não podemos precisar números reais, apenas os “oficiais” que não passam de mentiras e reduzem a violência e arbitrariedade policial. São Paulo que foi a cidade sede do jogo a polícia já reprimia e dispersava qualquer organização desde o início da manhã, estima-se que 31 pessoas foram detidas. Rio de Janeiro Sem números de presos, mas professores grevistas das redes municipal e estadual foram detidos. Belo Horizonte 12 presos. Distrito Federal sem números, mas com confrontos. Belo Horizonte 12 presos. Salvador sem números de detidos. Fortaleza confrontos e 1 detido. Manaus sem números. (1)

No dia 18 de Junho, a Justiça do Rio de Janeiro, por meio, talvez de um esquadrão médium ou especialista em adivinhar o futuro, determina a prisão preventiva de 23 pessoas que poderiam representar um perigo à sociedade e seriam supostamente as responsáveis por atos de vandalismo em manifestações que ocorrem na cidade desde o começo do ano. Dentre as provas para legitimar e legalizar essas prisões estariam livros de cunho crítico à sociedade vigente, livros anarquistas, marxistas, entre outros. Uma investigação leva a policia a achar esses 23 nomes para mártires da perseguição abusiva que era instaurada: uma atitude do Governo para coibir as manifestações. 21 foram presos, apesar da mobilização da OAB e do Instituto de Direitos Humanos. Prisões que permaneceram até a véspera da final da Copa e semanas após o término do megaevento esportivo.

Em paralelo, por conta da forte repressão militar, a esquerda brasileira que tinha suas dificuldades de pensar coletivamente e se organizar ficaram ainda mais fragilizadas. Durante a Copa, partidos da esquerda esvaziaram as manifestações contra a COPA para cuidar de suas campanhas eleitorais de Outubro. Ademais, recrudesce a falsa polarização de partidários e os independentes que se negavam a construir juntos os atos da Copa por analisarem separadamente que um era uma esquerda que se negava ao enfrentamento e a outro uma esquerda que partia para o enfrente a todo o custo.

Este deve ser o debate profundo para os militantes de esquerda, o de saber dialogar, encontrar pautas conjuntas e se unir de verdade, e não por meio de pactos

nacionais contra a copa, poderíamos nos unir, à luta dos professores que atravessou a COPA.

É tarefa imediata construir a unidade de ação sem a reprodução de unidades artificiais, gestadas em superestruturas, e nem criar uma horizontalidade espontaneísta que nos imobilize e impeça de responder à acelerada dinâmica conjuntural. Este é nosso enorme e necessariamente imediato desafio. Por isso, é fundamental que os sindicatos, já perseguidos no atual inquérito e, cada vez mais, em cada uma das lutas específicas das categorias que organizam, assumam também seu papel político no enfrentamento conjunto à criminalização dos movimentos sociais. Não é mais possível que aguardemos ataques episódicos de repressão e resistamos a eles isoladamente, quando se torna cada vez mais claro o fato de serem todos parte de um mesmo processo político.

Da mesma forma, os partidos da esquerda brasileira precisam se responsabilizar pela construção consequente dessa luta e impulsionarem a consolidação das ferramentas criadas para dinamizá-la. Mesmo com as diferenças que possuímos, achamos fundamental a presença das organizações e o comprometimento político de mobilização nos setores em que militam para que o nosso enfrentamento possa de fato estar à altura dos ataques que sofremos.

CRIMINALIZAÇÕES DO MOVIMENTO ESTUDANTIL DE EDUCAÇÃO FÍSICA.

O movimento estudantil, por ser um movimento social, também passa pelos processos de criminalização. Sofre ataques por ser organizado e por barrar medidas privatistas dentro das Universidades, como temos os casos de Polícias militares ocupando campus numa semelhança com as comunidades das cidades sedes da Copa do Mundo, que nós sabemos que é o Estado repressor apontando suas armas para aqueles que ousam questionar a ordem barbarizante que rege nossa sociedade. Casos de invasões no campus da USP, no campus da UFRGS e no campus da UFSC. A criminalização dos estudantes por praticarem “pichações” (palavras de ordem contra o machismo) na UFSM. Sendo que, muitas vezes, a criminalização vem também do próprio Diretório Acadêmico reacionário que, neste caso, de UFSM, é a gestão do movimento. Ataques por parte do corpo social acadêmico aos estudantes na universidade Federal de São João Del Rei, invadindo salas e desocupando estudantes de seus espaços de organização. As sistemáticas tentativas de golpes antidemocráticos do Diretor da Unidade da Universidade

Federal do Rio de Janeiro, que já fez ameaças aos estudantes com polícia militar e ainda questiona a representação estudantil em espaços deliberativos da Universidade. Essas são apenas alguns exemplos das medidas coercitivas acontecem em pequenas escalas, os abusos de violência e atitudes de criminalização dos movimentos sociais, são expressões da manutenção do status quo da classe dominante em diferentes partes do globo.

“FOI-SE A COPA?” O QUE FICA?

Fica da Copa a lição que devemos lutar muito e a todo o momento. Foi-se a Copa, mas ficaram as contas a serem pagas. A ocupação do exército nacional nas comunidades do Rio de Janeiro foi garantida até o final do ano, sobretudo nas eleições. Permanece o discurso da mídia e do governo do “vem pra urna” parodiando o lema da Jornada de Junho: “vem pra rua”, em uma clara tentativa de deslegitimar a luta como um espaço de obtenção de vitórias, em prol do voto na urna de forma “pacífica e consciente”. Contudo, comprovamos com todos os movimentos vitoriosos de 2014 que só a luta muda a vida. O discurso de que a o voto vai mudar algo é simplesmente mentiroso e vão a favor da intenção de combater a organização coletiva e as manifestações. Assim como temos a deflagração e permanência da greve dos professores do Pará de Agosto e Setembro, chegando a ter 27 municípios paralisados. Mostrando que não é só na COPA que haveria lutas e as mesmas devem permanecer.

Devemos salientar também a ocorrência do Encontro Nacional de Educação realizado no início de agosto no Rio de Janeiro e que reuniu mais de 2 mil representantes de diversos movimentos sindicais, sociais e populares de todo o Brasil, que militam em defesa da educação pública. Nele, o eixo central foi a Defesa do Ensino público, gratuito e de qualidade. Debatendo o PNE (Plano Nacional de Educação) e os “10% do PIB Já!” na educação pública. Espaço que não acontecia e também entra como uma ação importante e preciosa para a organização da esquerda como um todo

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Tendo em vistas as limitações do texto, tentamos trazer o debate de pontos importantes principalmente do ano de 2014 no que vem acontecendo nos movimentos sociais no Brasil. No processo de construção de um Sujeito coletivo, que saiba questionar as contradições

capitalistas que se manifestam nos projetos de cidade, privatizações e megaeventos esportivos.

Nesse sentido, as mobilizações de Junho e Julho de 2013 foram importantes para repensarmos a construção dessa unidade da esquerda, alguns vícios e outras possibilidades foram criadas em 2014. O debate do MEEF sobre a criação do “novo”, no que tange à organização nacional dos estudantes também deve ser pautada nas organizações, militantes, partidos e sindicatos, nos movimentos sociais. Uma verdadeira unidade que saiba lutar a favor do combate ao sistema capitalista. Mostramos que é possível uma nova forma de se organizar, seja na greve das universidades de 2012 que participamos do Comando Nacional de Greve, seja em 2014 no Comitê Popular Contra o Estado de Exceção. Organizações sazonais que deram uma resposta adequada nesses determinados contextos, e, sendo assim, podem e devem ser ampliadas.

1 – Formando em Educação Física pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Coordenador da Geral da Regional 2 da Executivo Nacional de Estudantes de Educação Física- EXNEEF- Gestão 2013/2014.

2 - Formando em Educação Física pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. Coordenador da Regional 2 da Executivo Nacional de Estudantes de Educação Física- EXNEEF- Gestão 2013/2014.

(1) - <http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/06/na-abertura-da-copa-confrontos-pelo-pais-tiveram-bombas-de-gas-e-detidos.html>



exneef.libertar.org

facebook.com/exneef.meef